

Diário do Legislativo de 29/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 32ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Lions Club Internacional pelos 90 Anos de Sua Fundação e o Leo Clube pelos 50 anos de Sua Existência

1.2 - 13ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Grupo Galpão pelos 25 Anos de Sua Criação

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/4/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Doutor Viana - Apresentação institucional - Entrega de placas - Palavras do Sr. Adalberto Soares Alves - Palavras da Sra. Vilma Raid Fernandes - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. César Vanucci, Ouvidor-Geral do Município de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Fernando Damata Pimentel; Adalberto Soares Alves, Governador do Distrito LC-4 da Associação Internacional de Lions Clubes; a Exma. Sra. Vilma Raid Fernandes, representando o Presidente do Leo Clube Distrito LC-4, Gustavo Faria do Amaral; e o Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Diretor emérito Antônio Maluf, representando a Associação Comercial de Minas Gerais;

João Alves da Fonseca Filho, Secretário de Desenvolvimento Social de Curvelo, representando o Prefeito Municipal Maurílio Guimarães; Vereador Marcos Dupim Mattos, Presidente da Câmara Municipal de Curvelo; Valdo Gomes Pinheiro, Presidente do Lions Clube de Sete Lagoas; Walter Mendes Costa; da Exma. Sra. Maria Laura Oliveira, do Lions Clube do Caiçara; do Exmo. Sr. Balduino César Rabelo, do Lions Clube do Mangabeiras; da Exma. Sra. Maria de Fátima Lacerda, Presidente do Lions Clube BH Floresta; dos Exmos. Srs. Aroldo Leopoldino dos Santos, Presidente do Lions Clube Divisão de Sete Lagoas; José Wilson Batista, Presidente do Lions Clube BH Marília de Dirceu; Carlos Granja, Presidente do Lions Clube BH Tiradentes; Juscelino Ribeiro, Presidente do Lions Clube de Pedro Leopoldo e da Lagoa de Santo Antônio; José Gabriel Neto, Presidente do Lions Clube Divinópolis Pioneiro, e sua domadora Maria do Carmo; da Exma. Sra. CaL Maria Jorge Abrão de Castro, Presidente do Lions Clube Belo Horizonte Ouro; e do Exmo. Sr. Romeu de Araújo Abreu, Presidente do Lions Clube Belo Horizonte Serra do Curral.

Gostáramos de dar ciência de um fax do Sr. Etelvino Oliveira Santos endereçado ao Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, no qual ele lamenta, por motivos particulares, a impossibilidade de estar presente, mas deseja sucesso ao evento.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear o Lions Club Internacional pelos 90 anos de sua fundação e o Leo Clubes pelos 50 anos de sua existência.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, que será interpretado por componentes da Banda Super Som C&A.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Doutor Viana

Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, neste ato representando o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, ilustre Deputado José Henrique, nosso companheiro e amigo, grande Deputado já por várias legislaturas, nesta Casa Legislativa; quero, com muita alegria, cumprimentar, em nome de todas as domadoras, das bravas domadoras, da mulher mineira, da mulher brasileira, a nossa amiga Vilma Raid Fernandes, representando também o Presidente do Leo Clube, Distrito LC4, Gustavo Faria do Amaral; com muita alegria, também cumprimento o nosso Governador do Distrito LC4 da Associação Internacional de Lions Clubes, Adalberto Soares Alves; quero cumprimentar o companheiro Ouvidor-Geral do Município de Belo Horizonte, César Vanucci, representando o Prefeito Municipal Fernando Pimentel; quero cumprimentar todos os ex-Governadores, autoridades leonísticas, companheiros leões, companheiras leões, domadoras, leos, convidados, meus colegas Deputados aqui presentes; quero agradecer também a presença do Presidente da Câmara de Curvelo, também nosso companheiro, Márcio Dupim Mattos, e o Secretário de Cultura, Esporte e Lazer João Alves, da nossa cidade de Curvelo, aqui representando o nosso Prefeito; funcionários da Casa, imprensa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia e também aqueles que nos assistem aqui das galerias. Cumprimento a Banda C&A, parceira do Lions em várias situações, e meus amigos.

O Plenário desta Casa Legislativa abre o seu espaço para homenagear a Associação Internacional de Lions Clubes pelos 90 anos e o Leo Clube pelos 50 anos. Vocês não podem imaginar a grande honra que senti por poder contribuir para a realização desta solenidade, apresentando o requerimento que deu origem a ela e que teve aprovação unânime de meus pares nesta Casa.

Sou leão há mais de 20 anos, o que dignifica muito a minha vida, cada dia mais, juntamente com minha esposa e domadora. Pertencemos ao Distrito LC-4 pelo meu querido Lions Clube de Curvelo. Orgulho-me por fazer parte da família leonística, cujo ideal é cooperar voluntariamente para o despertar dos valores éticos e morais dos seres humanos, vivenciar na plenitude os sentimentos de solidariedade, fraternidade e a certeza de que somos todos irmãos.

Os objetivos do Lions fortificam a continuidade dos ideais de nosso fundador Melvin Jones, em 1917: prestar serviços à população em geral, de forma desprendida e em benefício dos mais necessitados. Ser leão ou domadora é ser solidário, fraterno, dedicado. Para lembrar, Lions significa liberdade, igualdade, ordem, nacionalismo e serviço. É também reafirmar diariamente o ideal do nosso "slogan" deste ano leonístico: "Amizade é o nosso desafio".

Cerca de 1.300.000 leões e domadoras do Lions Clube estão presentes em aproximadamente 200 países, distribuídos em 45 mil clubes, beneficiando as comunidades onde atuam, seja por meio de doações de horas de trabalho voluntário, seja arrecadando recursos para melhor servir, promovendo eventos, contribuindo para a abertura de creches, desenvolvendo cursos profissionalizantes em diversas áreas, entre outros, sempre dotados de ações inovadoras que orientam o projeto social e humanitário do Lions Clube Internacional e do Leo Clube.

É importante também parabenizar o nosso Lions, especialmente o Distrito LC-4, pelo excelente trabalho que vem realizando em benefício das pessoas diabéticas, iniciado recentemente através da campanha de combate à retinopatia diabética, lançada por esse conceituado Clube. Nós merecemos aplausos de todos por tão magnífica iniciativa sob a chancela do nosso governador, companheiro Adalberto, e sua domadora Solange. Parabéns a vocês pelo excelente e dedicado trabalho em todos os seus anos de Lions, mais ainda neste ano leonístico 2007-2008, como casal governador do nosso Distrito LC-4.

Em relação ao primeiro Leo Clube do mundo, em 1957 um grupo de leões de uma escola da Pensilvânia, nos Estados Unidos, criou o acrônimo Leo - liderança, igualdade -, mais tarde alterado para experiência e oportunidade. O Leo Clube é destinado a ambos os sexos, e o objetivo de seu programa era, e ainda é: "oferecer aos jovens do mundo uma oportunidade de desenvolvimento e contribuição individual e coletiva, como membros responsáveis da comunidade local, estadual, nacional e internacional".

O lema do Leo Clube é: Liderança - Leos desenvolvem suas habilidades como organizadores, gerenciadores de tempo e motivadores de seus pares; experiência - Leos entendem a importância da cooperação por meio de serviços comunitários; oportunidade - a afiliação oferece aos jovens uma oportunidade de se distinguirem, desenvolverem traços de personalidade e de serem reconhecidos por suas contribuições à comunidade. Hoje, o Programa Leo Clube está mais forte que nunca, em que o serviço comunitário continua sendo a pedra fundamental.

Parabéns ao programa Leo Clube por seu aniversário de 50 anos, meio século de existência, que atualmente conta mais de 5.500 clubes em mais de 130 países, e aproximadamente 140 mil sócios. Associar-se a um Leo Clube é uma excelente maneira de participar de sua comunidade, atuar como líder entre seus companheiros e fazer novos amigos. O Leo Clube chegou ao Brasil no dia 28/8/69, com a fundação do Leo Clube Maceió-Lagoa, Carta Constitutiva de 25/9/69, em Alagoas.

A Assembléia de Minas, que representa o povo deste Estado, sente-se honrada com a presença de todos vocês aqui hoje. Minas Gerais está feliz, e o nosso país sente-se orgulhoso por abrigar tantos e inúmeros clubes de Lions. Obrigado, companheiro leão Adalberto Soares, governador do Distrito LC-4; obrigado, companheiro leão Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Distrito Leo LC-4, e demais companheiros

leões e domadoras presentes; obrigado por dignificarem esta Casa Legislativa com a honrosa presença, e a todos que nos visitam na tarde de hoje. Estaremos sempre de braços e corações abertos para recebê-los e sermos parceiros de tão relevantes e grandiosos trabalhos solidários. Quando tomamos atitudes concretas, elas falam por si só. Obrigado por vocês fazerem parte da minha e da nossa dignificante família leonística.

Por fim, agradeço aos meus pares, Deputados, que votaram esse requerimento, e ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, por confirmarem esta homenagem e pela oportunidade de prestar esta honraria a pessoas e a clubes tão valorosos, que são os leões e domadoras do Lions Clube Internacional, aqui representados pelo Distrito LC-4 e pelo Distrito Leo LC-4. Fica, pois, registrado este momento vivido agora nos anais de nossa querida Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Obrigado a todos. Aceitem as nossas saudações leonísticas.

Apresentação Institucional

O locutor - Assistiremos agora a uma apresentação com o jornalista Neimar Fernandes.

O Sr. Neimar Fernandes - Boa-tarde, senhoras e senhores. Servindo desinteressadamente, servindo sem compromisso com credo, com raça, com língua e com nação, mas servindo sempre. Isso proporcionou ao Lions Clube ser escolhido numa pesquisa feita com as 300 maiores empresas do mundo que destinam recursos para ONGs, como a melhor e mais confiável ONG para se efetuarem parcerias. Isso nos enche de orgulho.

Estamos presentes em mais de 200 países. A ONU congrega 195 nações, e, desde a criação por Melvin Jones, em 1917, a capilaridade do Lions Clube alcançou 200 nações. Somos mais de 1.300.000 sócios, falando mais de 42 idiomas. No Brasil, somos mais de 40 mil sócios. Atualmente estamos envolvidos com a nossa mais recente campanha em andamento, a Campanha de Combate à Retinopatia Diabética. O Programa SightFirst - visão em primeiro lugar - é a iniciativa mais ambiciosa e mais bem-sucedida do Lions até hoje. Graças ao SightFirst, 7 milhões de pessoas recuperaram a visão por meio de cirurgias de catarata, 20 milhões foram salvas da perda severa da visão, e ainda foram aprimorados serviços oftalmológicos que beneficiaram centenas de milhões em todo o mundo.

No Programa SightFirst no Brasil, foram realizadas, até o final de 2007, 75.600 cirurgias com o aporte de Lions Internacional de US\$2.953.150,00. O Distrito LC-4, ao qual pertencemos, que abrange nossa área de atuação, realizou até hoje 3.800 cirurgias de catarata, com o aporte do Lions de US\$201.000,00.

Na segunda etapa do Programa, estamos iniciando os trabalhos para prevenção e tratamento de pessoas carentes portadoras de retinopatia diabética. O projeto de retinopatia diabética deverá abranger toda a nossa área de atuação, que compreende a Região Metropolitana de Belo Horizonte, parte do Oeste, parte da zona metalúrgica e o Norte do Estado. Nesse universo de 8 milhões de pessoas, aproximadamente, foram desenvolvidos quatro módulos, e está previsto nessa etapa o atendimento de 20 mil possíveis portadores de retinopatia diabética. Desse total, espera-se selecionar em torno de 2 mil pessoas que receberão o tratamento necessário para que não se tornem deficientes visuais, tratamento esse totalmente gratuito. Para realização dessa campanha, foi firmado convênio de parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, no qual a Fundação Lions Internacional participa com R\$227.500,00 dos recursos e a Secretaria, com R\$272.000,00.

Essa é a realidade do nosso Lions, do nosso distrito, e esperamos poder continuar servindo, alcançando o maior número de pessoas e possibilitando a recuperação ou, pelo menos, a manutenção de parte da visão de muitas pessoas que a têm praticamente comprometida. Muito obrigado a todos pela atenção e interesse. Boa-tarde.

- No decorrer da apresentação, procede-se à exibição de "slides".

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante, o Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente desta Casa, representando o Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Adalberto Soares Alves, Governador do Distrito LC-4 da Associação Internacional de Lions Clubes, e à Sra. Vilma Raid Fernandes, que aqui representa o Sr. Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Distrito Leo LC-4, de placas alusivas a esta homenagem.

A primeira placa, destinada ao Lions Clube, contém os seguintes dizeres: "A Associação Internacional de Lions Clubes nasceu do sonho de que os clubes comerciais expandissem seus horizontes. Os Leões adotaram a nobre missão de fomentar a compreensão entre os povos e, assim, trabalham para atender às necessidades humanitárias por meio da mobilização das comunidades, estimulando o serviço voluntário e promovendo o bem-estar social em todo o mundo. Nas comemorações de seus 90 anos, a homenagem do Parlamento de Minas Gerais a essa valerosa entidade, competente aliada do Estado na prestação de magníficos serviços nas áreas social e assistencial".

A segunda placa, destinada ao Leo Clube, contém os seguintes dizeres: "Ao promover entre os jovens a prática da solidariedade, o desenvolvimento das habilidades individuais e o trabalho de equipe, tendo sempre em vista os princípios éticos, o Leo Clube tem-se revelado uma verdadeira escola de cidadãos. Por meio dele se formam indivíduos engajados, futuros líderes comunitários destinados a influenciar positivamente toda a sociedade. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais a tão louvável programa, que desperta na juventude os valores do compromisso social, da cooperação e da liderança responsável".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, para fazermos a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Sr. Adalberto Soares Alves

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, aqui representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; César Vanucci, Ouvidor-Geral do Município, querido companheiro, representando o Prefeito Fernando Pimentel; Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; e Exma. Sra. Vilma Raid Fernandes, amiga companheira, representando Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Leo Clube Distrito LC-4; meus queridos companheiros e companheiras; Leos presentes; Banda Supersom C&A, que tanto nos ajuda e, tenho certeza absoluta, tanto ainda nos ajudará; gostaria de não falar muito, mas agradecer muito. Tenho dois agradecimentos fantásticos para fazer hoje. Naturalmente, o primeiro é a esta Casa, pelo reconhecimento ao nosso trabalho. Nada mais gratificante do que o reconhecimento, nada mais importante do que receber dos órgãos públicos um reconhecimento do que estamos fazendo para as mesmas pessoas para as quais eles trabalham. Eles trabalham para o povo, e também trabalhamos para o povo. Eles ajudam o povo, e também ajudamos o povo. Esse reconhecimento é fantástico, é uma mola propulsora para os nossos próximos trabalhos, para o desenvolvimento de todas as nossas metas e objetivos. Temos de agradecer muito porque todo esse reconhecimento nos ajuda a adquirirmos amanhã mais atitudes dos nossos valorosos

amigos Deputados. Esse reconhecimento nos une a eles e a esta Casa. Temos que perceber, avaliar, agradecer e sentir, com muito prazer, a receptividade que estamos tendo em aqui receber esta homenagem. Não é só por receber este troféu, mas pelo carinho e pela compreensão de nossas atitudes.

Também queremos, em nome de todos do nosso Distrito LC-4, dizer aos queridos Deputados que hoje nos fazem esta homenagem que precisamos de V. Exas. Precisamos continuar a ser simplesmente a melhor organização do mundo; mas não o seremos nunca sozinhos, se não tivermos a ajuda de todos. Não o seremos nunca, se não tivermos este calor que há aqui. Não seremos nunca ninguém, se não tivermos essa representatividade. É essa representatividade e essa força de trabalho que temos que mostrar possuir, quando toda a sociedade percebe que estamos deixando - e deixamos sempre - os nossos afazeres profissionais. E quantas vezes deixamos os nossos afazeres familiares para nos doarmos à nossa causa, à causa daqueles que precisam de nós!

Agradecimento se faz a vocês, Deputados, que compreendem e nos valorizam com a atitude de nos homenagear. Agradecemos a Deus - e como agradecemos ! - porque estamos aqui servindo, e não estamos aqui sendo servidos. É de fundamental importância que todos façamos parte de uma só corrente, que venha sempre a somar, a agregar valores significativos. Temos que valorizar o máximo possível todas as nossas obras. Que elas sejam sempre com um só fundamento: de ajudar, de servir, que é sempre o ideal de todos que participam desta Casa e de todos que participam do leonismo. Muito obrigado a todos por estar aqui representando nosso grande LC-4.

Palavras da Sra. Vilma Raid Fernandes

Exmos. Srs. Deputado José Henrique, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente Alberto Pinto Coelho; César Vanucci, Ouvidor-Geral do Município de Belo Horizonte, companheiro e amigo, representando o Prefeito Municipal Fernando Pimentel; companheiro Adalberto Soares Alves, governador do Distrito; Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; companheiros, companheiras, domadoras e amigos, o nosso querido companheiro Leo Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Distrito Leo LC-4, impossibilitado de comparecer, incumbiu-me de ler sua mensagem. (- Lê:)

"Cinquenta anos de leonismo no mundo! É uma dádiva para todos nós e, quem sabe, uma surpresa para os pioneiros desse movimento, que nasceu despido de muitas ambições, formado inicialmente por jovens praticantes de beisebol, e hoje um movimento que congrega jovens nos quatro cantos do mundo.

Falar de Leo é ter a certeza de que iniciativas simples geram um grande resultado e de que pequenos gestos são enormes afagos naqueles que necessitam de uma atenção, de um ombro amigo. Falar de Leo é comover-se com um sorriso de gratidão da pessoa que acabara de ser ajudada; é receber uma demonstração de afeto por meio de uma singela carta rabiscada, desprovida de muito conteúdo, mas cheia de emoção e amor. Falar de Leo é ter a certeza do dever cumprido ao final de uma longa jornada de trabalho voluntário. Falar de Leo é, sem sombra de dúvidas, ter a certeza de semear a alegria onde antes havia a tristeza. Assim, falar de Leo é resumir a emoção de cada companheiro e companheira nessa luta constante do leonismo.

Gostaria de registrar que essas são as minhas singelas impressões sobre o movimento Leo e de um movimento que está presente em todo o território nacional, sendo que, humildemente, coloco-me como representante de todos esses companheiros de todo o Brasil.

Em Minas Gerais, temos o Distrito Leo LC12, Distrito Leo LC6, Distrito Leo LB3 e o nosso querido Distrito Leo LC4.

Dessa forma, quero que todos os companheiros se sintam homenageados. Como representante dessa imensidão de pessoas, de companheiros Leos e de companheiros Leões, agradeço ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta egrégia Casa Legislativa, a distinção; e ao CL Doutor Viana a indicação para esta honrosa homenagem. Particularmente, agradeço ao CL Adalberto Soares Alves, governador do Distrito LC-4, o apoio incondicional; ao CL Agenor Carlos Pereira, assessor do Leo Clubes, a paciência e a dedicação ao movimento; e à CaL Vilma Raid Fernandes o carinho de sempre.

A todos os presentes e aos que nos prestigiam pela TV Assembléia o meu muito obrigado e cordiais saudações. Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Distrito LEO LC4 2007-2008. 'Semeando a Liderança do Amanhã'."

Em meu nome, do Lions Clube Pedro Leopoldo e do meu querido amigo ex-governador Jarbas, quero agradecer este momento que é de fundamental importância para todos nós. Muito obrigada.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação musical de componentes da Banda Supersom C&A, que interpretarão as músicas "Amigos para sempre", de Weber e Black, "Emoções", de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, e "O que é, o que é", de Gonzaguinha.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. César Vanucci, Ouvidor-Geral do Município de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal Fernando Pimentel; Exmo. Sr. Adalberto Soares Alves, governador do Distrito LC-4, da Associação Internacional de Lions Clubes; Exma. Sra. Vilma Raid Fernandes, representando o Sr. Gustavo Faria do Amaral, Presidente do Leo Clube Distrito LC-4; Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; senhores representantes, Presidentes de clubes, ex-governadores, governadores, companheiros, companheiras, domadoras - quero também cumprimentar aqui a Banda C&A, em especial o amigo Paulo César e todos os representantes da Banda, os quais trouxeram alegria a esta Casa nesta tarde -, senhoras e senhores, boa-tarde.

Torna-se um momento especial para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais esta homenagem ao Lions Clube Internacional e aos Leo Clubes, organizações presentes em quase 200 países, com o objetivo maior de servir às comunidades.

Os leões, empresários e profissionais de destaque reunidos no Lions Clube detêm, por suas atividades nas últimas nove décadas, o pioneirismo mundial nas ações de voluntariado, desde o momento inicial de sua decisão em compartilhar os frutos de seu sucesso com os indivíduos menos favorecidos, movidos pelo sentimento da solidariedade, uma das mais nobres manifestações do coração humano. Construíram e mantêm sempre ativa, além de todas as fronteiras mundiais, uma associação altamente democrática, com falantes de muitas línguas professando religiões e crenças políticas as mais diversas. O que os une, além do profundo humanismo, é a sua notável postura ética.

Quem de nós não conhece esse grandioso trabalho que tem disseminado pelo mundo oficinas, hospitais ou o cuidado oportuno com as vítimas de catástrofes da natureza? O combate à cegueira tem sido sua mais importante marca, incluindo, entre as inúmeras ações relacionadas à visão, o maior programa preventivo mundial da cegueira. Os Lions Clubes também se destacam pela preocupação com o bem-estar cultural, cívico e social das populações, sem nenhum benefício financeiro, exercendo amplamente a amizade, o companheirismo e a compreensão mútua. Têm sido no Brasil e em Minas Gerais parceiros importantes do Estado na luta pela formação de autênticos cidadãos, com ênfase no reconhecimento dos direitos e deveres da comunidade.

Nascido no seio do Lions, o Leo Clube vem promovendo o voluntariado e atividades de serviço junto à juventude, desenvolvendo em seus participantes as qualidades da liderança, da experiência e da oportunidade. Cada um desses clubes abriga uma parcela de uma juventude participativa, que planta para o futuro as sementes da harmonia e da boa-vontade no mundo.

Os representantes do povo de Minas Gerais reconhecem, por esta homenagem, a permanente dedicação dos leões às camadas mais carentes da sociedade. Recebam, portanto, dirigentes e integrantes do Lions Clube e dos Leo Clubes, os nossos mais profundos agradecimentos. Todo o País, e especialmente nosso Estado, contam com seu imprescindível concurso para a consecução de um futuro melhor para nós e para o nosso planeta Terra. Muito obrigado.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/4/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Rômulo Veneroso - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Beto Franco - Apresentação musical - Palavras da Secretária Maria Eleonora Barroso Santa Rosa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Alencar da Silveira Jr. - Rômulo Veneroso - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Weliton Prado, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, Secretária de Estado de Cultura, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; e os Exmos. Srs. Beto Franco, representante do Grupo Galpão; Antônio José Mota Lopes, Gerente de Comercialização da Regap, representando o Gerente-Geral, João Ricardo Barusso; Sérgio Siebler, Diretor Administrativo da Funarbe; e Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Na pessoa do ator Beto Franco, que compõe a Mesa de honra, também homenageamos os demais representantes do Grupo Galpão, a saber: Antônio Edson, Arildo de Barros, Chico Pelúcio, Eduardo Moreira, Fernanda Vianna, Inês Peixoto, Júlio Maciel, Lydia del Picchia, Paulo André, Rodolfo Vaz, Simone Ordones e Teuda Bara.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo Galpão pelos 25 anos de sua criação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, gravado em vídeo pelo Coral da Assembléia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, acompanhado pelo tecladista Antônio Carlos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Rômulo Veneroso

Saúdo o Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando o Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; o Sr. Beto Franco, representante do Grupo Galpão; o Sr. Sérgio Siebler, Diretor Administrativo da Funarbe; o Sr. Antônio José Mota Lopes, Gerente de Comercialização da Regap, representando o Gerente-Geral da Regap, Sr. João Ricardo Barusso; a Exma. Sra. Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, Secretária de Cultura, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado, Aécio Neves. Cumprimento ainda todos os presentes, como a minha esposa, Marcilene, e os componentes do Grupo Galpão.

Estamos no nosso primeiro mandato nesta Assembléia Legislativa, depois de quatro mandatos como Vereador na cidade de Betim. Temos a honra e o prazer de, pela primeira vez, ter a oportunidade de prestar uma homenagem nesta Casa Legislativa do Estado. Ao subir a esta tribuna para prestar uma homenagem desta Casa ao Grupo Galpão pela comemoração de seus 25 anos, manifesto publicamente o meu apreço e o meu respeito pela história de um dos mais importantes e significativos grupos teatrais do Brasil. E, quando digo do Brasil, ouso fazê-lo pelo lastro e pelo peso cultural que o Grupo Galpão ofereceu à cultura brasileira nesses 25 anos de existência, viajando a todas as regiões brasileiras e excursionando na América Latina, na América do Norte e na Europa. Uma ação cultural completa, assumida por um grupo de jovens sonhadores, liderados por Roberto Franco, que, de engenheiro a dramaturgo, conseguiu, com seus integrantes, o desafio de preservar um grupo de teatro por 25 anos. Nesse sonho de Beto, Antônio, Edson, Arildo, Lydia, Júlio, Paulo André, Chico Pelúcio, Eduardo Moreira, Rodolfo

Vaz, Simone, Teuda Bara, Fernanda Vianna e Wanda Fernandes, nesse sonho, repito, a realidade foi sempre levar o teatro aos humildes, às comunidades mais simples de nossas Minas Gerais, contrastando com o sucesso de participar com 14 apresentações do importante Grupo no Shakespeare's Globe Theatre, em Londres. Do primeiro espetáculo de "E a Noiva Não Quer Casar", de 1982, até "Pequenos Milagres", de 2007, o Grupo prestigiou Goldoni, Guimarães Rosa, Néelson Rodrigues, Tennessee Williams, e imaginou um Molière em busca do clássico perfeito.

No seu trabalho, o Grupo Galpão ressignificou o teatro popular da "Commedia dell'Arte", passando sem preconceitos pelo erudito, pelo popular, pelo circense, numa mescla de formas e de estilos que encantaram o mundo e os colocaram hoje diante de nós como um grupo de sucesso mundial, nascido nas raízes das Minas Gerais, das muitas Minas, misturando circo, teatro, música, representações, impotações num universo que impõe a nós, representantes do povo, fazer essa reverência. Com três espetáculos, o Grupo Galpão conseguiu ser visto e aplaudido por mais de 360 mil pessoas, porque, na sua concepção, o teatro pode estar na rua, na casa de espetáculos, no Brasil e em Londres. Atualmente, crismado pelo apoio da Petrobras, com patrocínio exclusivo, tem a sua própria casa no antigo Cine Horto, hoje chamado Galpão Cine Horto, para ser admirado e reverenciado pelo seu público. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste momento por mim representada, saúda, na pessoa de Beto Franco, todos os integrantes do Grupo Galpão, que faz teatro brasileiro, teatro com alma brasileira, teatro com a cultura brasileira, quando mescla o clássico, o popular, a música, enfim, o deslumbramento cênico que o consolida como um dos maiores grupos teatrais do País. Durante os 25 anos de sua existência, atuou sem interrupção, divulgando e sensibilizando todas as camadas populares para o fascínio e a mágica que só o teatro é capaz de proporcionar nos corações e mentes da natureza humana. Fica aqui também registrado o ciclo Gabriel Vilela, que foi exibido com sucesso extraordinário em mais de 30 cidades mineiras, em mais de 25 cidades americanas e em mais de 10 países do mundo, encantando até os ingleses, tão rigorosos na avaliação da arte teatral. São tantas menções. Restrinjo-me, ao homenagear o Grupo Galpão, aos 17 prêmios conquistados com o "Mártir do Calvário", que inclui o Prêmio Mambembe, o Prêmio Shell, o Prêmio Molière, o Prêmio Sharp e o Prêmio do Festival de Curitiba.

Ao encerrar a minha participação nesta homenagem do povo mineiro, quero exaltar o espírito empreendedor desta moçada que deixou carreiras brilhantes da vida acadêmica para se debruçar, de corpo e alma, sem maiores ambições, no mundo do teatro, que sabemos é tão penoso, numa demonstração inequívoca de que o coração do artista só cumpre a sua missão quando se identifica com o coração dos homens. Fica aqui, finalmente, a homenagem desta Casa a esta brilhante trajetória do Grupo Galpão, exemplo de tenacidade, trabalho, competência e uma inestimável vontade de sonhar. Parabéns, Beto, pelos 25 anos do Grupo Galpão; em seu nome, sintetizo esta homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Feliz estamos de ter esta oportunidade.

Quero agradecer a presença de vários representantes da arte, da cultura da cidade de Betim, que se faz presente aqui. É uma alegria muito grande. Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Exa. para quebrarmos um pouco o protocolo. Primeiro, quero registrar a presença do nobre Deputado Weliton Prado, ao qual peço que se apresente à turma. O Weliton Prado é o nosso Deputado da energia. Sei que aqui está cheio de pessoas que vieram prestigiar este momento, que querem ver os outros componentes do Grupo aqui presentes. Peço que se apresentem. Uma salva de palmas para eles. Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes para assistir a um vídeo institucional sobre o Grupo Galpão.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente desta Casa, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Beto Franco, representante do Grupo Galpão, de placa alusiva a esta homenagem. Convidamos também o Deputado Rômulo Veneroso para fazer a entrega da placa. A placa contém os seguintes dizeres: "Referência do teatro no Brasil, o Grupo Galpão tem sua origem no espetáculo popular e de rua. Desde a sua formação, a companhia vem pesquisando diversos elementos cênicos, com destaque para as linguagens do circo e da música, adaptando clássicos da dramaturgia mundial ao estilo brasileiro, em uma fusão do erudito e do popular. Nas comemorações dos 25 anos do Galpão, o Parlamento de Minas Gerais, representando o povo mineiro, sente-se honrado em homenagear essa importante companhia, que, ao levar a sua experiência teatral a todas as regiões do País e também ao exterior, divulga com emoção e alegria o nome de nosso Estado."

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Beto Franco

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exma. Sra. Secretária de Cultura, nossa querida amiga Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, representando o Exmo. Sr. Aécio Neves, Governador do Estado; Sr. Antônio José Mota Lopes, Gerente de Comercialização da Regap, representando o Gerente-Geral da Regap, João Ricardo Barusso; Exmo. Sr. Sérgio Sieble, Diretor Administrativo da Funarbe; Exmo. Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras, senhores e amigos, não é mera formalidade cerimonial nem exagero melodramático reconhecer a satisfação e o orgulho com que o Grupo Galpão recebe a homenagem que hoje lhe presta a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em comemoração aos 25 anos de sua fundação.

Desejamos, portanto, antes de tudo, manifestar nosso agradecimento ao Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e aos demais membros desta Casa pela prestigiosa honra com que nos distinguiram. Agradecemos, de modo especial, ao ilustre Deputado Rômulo Veneroso a generosidade com que identificou, no trabalho do Grupo Galpão, mérito suficiente para tão elevada honraria. Devemos ainda agradecer a todos os amigos que também nos homenageiam com sua presença nesta solenidade e a todos os parceiros e colaboradores que, a cada dia desses 25 anos, ajudaram-nos a construir nossa história. Sabemos também da responsabilidade que nos impõe o reconhecimento por esta ilustre Casa Legislativa de algum valor permanente no nosso trabalho, quer no aspecto artístico, quer no alcance social de seus resultados. Gostaríamos, portanto, de dirigir a todos os presentes algumas palavras que certamente estão nas entrelinhas de nossos espetáculos, embora às vezes não tão legíveis, mas, nem por isso, menos importantes. O Grupo Galpão nasceu em 1982, no momento em que uma geração passava a limpo as atrocidades de um regime militar ditatorial que tentou amputar de nossa sociedade sua capacidade de sonho e de realização. Vislumbrava-se uma sociedade justa e organizada e a possibilidade visionária de uma ética humanista para o cidadão. Foi nesse tempo que alguns jovens atores se juntaram para tentar transformar em realidade o sonho de fazer teatro profissionalmente em Belo Horizonte. E seu sonho não era modesto: fazer teatro de rua, teatro popular, pesquisa de linguagem, tudo, enfim, que na época admitia uma previsão de fracasso.

Mas, por sorte ou teimosia, essas foram as características que afagaram nossas energias ao longo desses anos, que têm como ponto de origem o importante Festival de Inverno da UFMG, realizado naquele ano em Diamantina. No primeiro momento, o que mais seduzia o Grupo era a satisfação de ver, nas apresentações de rua, a força da linguagem teatral, manifestada pelo brilho nos olhos daquelas pessoas que se maravilhavam diante do fenômeno do teatro acontecendo, pela primeira vez, na sua própria praça, no seu bairro, na sua cidadezinha. Evidentemente, com o passar do tempo, o prazer intuitivo toma forma mais clara. Revela-se a possibilidade de democratização da cultura, da transformação das praças públicas em locais de confraternização, da popularização do fazer artístico, da sobrevivência digna por meio de um trabalho ético e prazeroso. Entre outros, esses fatores implantaram em nossos projetos uma relação estreita com a sociedade, com a nossa

cidade e com os nossos ideais. Ao mesmo tempo em que mergulhamos em desafios próprios, inerentes ao nosso desenvolvimento artístico, também tentamos ações que buscaram o desenvolvimento coletivo. Superando incontáveis dificuldades, fomos um dos criadores do Movimento Nacional de Teatro de Grupo, para, em seguida, fazer o mesmo na esfera do Estado de Minas Gerais, agregando grupos locais. Criamos e produzimos os dois primeiros Festivais Internacionais de Teatro de Rua de Belo Horizonte. Posteriormente, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, concebemos a formatação definitiva e coordenamos a realização do Primeiro Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua de Belo Horizonte - FIT-BH -, que sobrevive com grande sucesso.

Implementamos o projeto Galpão Cine Horto, com o apoio da Cemig e da Usiminas, posto avançado de cultura na Zona Leste de Belo Horizonte. Nesse espaço, além de cursos abertos a toda a comunidade e eventos voltados para as populações carentes, proporcionamos gratuitamente, a cada ano, a reciclagem de grupos de atores profissionais, tarefa em que também buscamos aprimorar-nos por meio da troca de informações e do intercâmbio de valores éticos e humanos.

Recentemente, tivemos participação ativa na criação do Redemoinho, Movimento Brasileiro de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral, que reúne mais de 70 grupos de todo o País e atualmente discute a aprovação de uma lei federal de fomento ao teatro. Como resultado da permanente preocupação com a qualidade do nosso trabalho, obtivemos reconhecimento internacional por meio de participações em festivais, encontros e eventos diversos em 17 países da Europa e das Américas. Esse êxito não nos afastou, no entanto, do nosso propósito original de ampliar platéias, incluindo as mais populares e desassistidas. Alternamos sofisticados palcos internacionais, como nas históricas apresentações de "Romeu e Julieta" no Shakespeare's Globe Theatre, em Londres, com espetáculos e oficinas em bairros periféricos até humildes comunidades do interior do Estado. Foi dentro desse espírito que, em 2005, numa excursão de caráter pioneiro, levamos o nosso "Um Molière Imaginário" às ruas e praças de sete Municípios do Vale do Jequitinhonha, onde nos recebeu uma imensa população alegre e calorosa.

Hoje estamos certos de que nenhuma de nossas ações teria sentido sem o reconhecimento das ruas e a aclamação do público de Minas Gerais e de todo o Brasil, assim como não seria realizável sem o fundamental apoio de uma empresa patrocinadora, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Nossa parceria com a Petrobras já entra em seu oitavo ano e sua fidelidade e longevidade têm assegurado, generosamente, ao Grupo Galpão a sua sobrevivência, a continuidade de seus projetos e a circulação de nosso trabalho por todas as regiões do País.

Caros amigos, estamos aqui, o Grupo Galpão, orgulhosamente homenageados pelos representantes do povo de Minas Gerais, este Estado que nos gerou e nos alimenta com sua mais amorosa receptividade. Já que aqui estamos e que a estes românticos saltimbancos foi concedida a honra da palavra, queremos utilizá-la para reafirmar a fé em nosso trabalho e nas conquistas que por meio dele obtivemos. Chegar à marca dos 25 anos já nos dá razão suficiente para intensas comemorações. Acrescente-se que chegamos a ela revestidos da mesma integridade e do mesmo vigor dos primeiros tempos. Envelhecemos, mudamos, crescemos. Trabalhamos com perseverança e alegria. Corremos mundo, acumulamos reconhecimento, fizemos muitos amigos, sobretudo vivemos. É hora de agradecer, de todo o coração, aos nossos parceiros, aos nossos amigos, ao nosso público, a todo o povo mineiro, que nos acompanhou ao longo desses 25 anos, bordando nossa trajetória de artistas com a agulha de sua confiança e os fios de ouro do seu carinhoso aplauso. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Em homenagem aos integrantes do Grupo Galpão presentes neste ato, neste momento ouviremos o Sr. Webert Almeida, violonista clássico da Fundação Artístico-Cultural de Betim - Funarbe -, que interpretará as músicas "Baião Barroco", de Juarez Moreira, e "Flor, Minha Flor", de domínio público. Esta última integra a trilha sonora do espetáculo "Romeu e Julieta", produzido e apresentado pelo Grupo Galpão.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras da Secretária Maria Eleonora Barroso Santa Rosa

Boa-noite a todos. Caro Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente desta Casa, representando, neste ato, o Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Weliton Prado; meu querido Beto Franco, na pessoa de quem saúdo os meus queridos amigos do Grupo Galpão; Marcelo Braga, Secretário Adjunto de Cultura; Antônio José Mota Lopes, Gerente de Comercialização da Regap; Sérgio Sieble, Diretor Administrativo da Funarbe; Deputado Rômulo Veneroso, parabéns por sua pertinente, importante e louvável iniciativa.

Hoje a Assembléia Legislativa faz esta homenagem mais do que especial ao Grupo Galpão; para mim, símbolo maior da persistência, da dedicação e do talento mineiros em uma arte tão cara a nossa existência, como é o teatro. Posso afirmar, como Secretária de Cultura de Minas Gerais, também representando aqui o Governador Aécio Neves, nesta solenidade, que o reconhecimento da trajetória dos fundadores e dos atores do Grupo Galpão, ao longo destes 25 anos de atividades ininterruptas, configura-se na aceitação plena do Grupo, como meio de transmutação alquímica de histórias e vivências em peças que nos envolvem e nos fazem pensar, nos alegram e nos fazem voltar a cada espetáculo.

Ao preparar esta mensagem, pensei sobre qual seria a melhor forma de trazer a este espaço as muitas emoções que pude experimentar ao longo deste um quarto de século, na platéia, enquanto comédias e tramas se desenvolviam, por meio de atores não só talentosos mas comoventes, talvez lembrando algumas peças e montagens que sempre primaram pela inventividade, pela criatividade e pela surpresa, ao trabalharem elementos cênicos tradicionais de forma contemporânea. Impossível não citar peças como "Romeu e Julieta", "Album de Família", "Rua da Amargura" e "Pequenos Milagres", a mais recente. Imprescindível falar dessa trupe genial, como Chico Pelúcio, Toninho, Arildo, Beto, Eduardo, Fernanda, Inês, Lydia, Paulo André, Rodolfo, Simone e Teuda. Lembremos também a querida Wandinha. Pessoas vindas de várias partes que, num momento mágico, encontraram-se na nossa Belo Horizonte e uniram talentos, vontades, competências e uma capacidade realizadora rara.

A história do Galpão não poderia ser diferente desta. Num espaço criativo, integrado, participativo e democrático, foi o artífice de projetos como o Galpão Cine Horto e o Oficina do Galpão. E aqui quero saudar meu querido amigo Rômulo Avelar. Como Secretária de Cultura, louvo a proposta e a seriedade do projeto Galpão Cine Horto, uma verdadeira usina de formação e produção cultural, que deveria ser exemplo e repetida por outros grupos comprometidos com o fazer cultural.

Posso dizer, com tranquilidade, que o Galpão, ao realizar espetáculos de fluida comunicação com o público, sem abdicar do seu rigor, ensinou-nos como o teatro traz em si uma linguagem universal, capaz de levar nossa cultura para além das fronteiras de Minas Gerais e do Brasil. E essa essência de teatro de pesquisa, "mambembe", na linguagem de muitas de suas montagens, fez o Galpão ir aonde nenhum outro grupo de teatro brasileiro ousou sonhar chegar. O Grupo Galpão é uma referência em Minas e no Brasil.

Ao trabalhar com Diretores convidados e estar sempre disponível para a experimentação, o Galpão sabe, como ninguém, beber na fonte das demais artes cênicas para traduzir ao seu público a mais profunda tradição das diversas linguagens teatrais, por meio não apenas dos clássicos, mas sempre numa fusão ímpar do erudito com o popular. Quero aqui repetir as sábias impressões do ator e Diretor Paulo José sobre o Grupo, que afirma que o "Galpão já tem uma linguagem própria, na qual se misturam Brecht e Stanislavski, as técnicas circenses com o teatro balinês, a música folclórica com os experimentos musicais mais contemporâneos, a dramaturgia clássica com o melodrama, as marujadas com Molière,

o teatro épico com o drama psicológico, o provinciano com o universal, a tradição com a transgressão". Realmente, queridos amigos do Galpão, vocês, como pedras de toque, misturam todos os ingredientes nesse caldeirão criativo, transformando, como alquimistas de visão crítica e muita generosidade, este teatro da melhor cepa, arte maior, celebração da vida.

Parabéns à Assembléia Legislativa de Minas Gerais por esta bela e justa homenagem!

Gostaria também de dizer do orgulho e da honra de ser Secretária de Cultura em Minas Gerais, território fértil, criativo e ousado de grupos de artistas como os do Galpão. Para finalizar, quero destacar não apenas o artista mas o administrador e querido amigo Chico Pelúcio, parceiro naquele que seria o cargo mais emblemático do início de minha gestão, de 2005 até dezembro de 2006, como Presidente da Fundação Clóvis Salgado.

Vida longa a todos os meus amigos do Grupo Galpão! Muito obrigada!

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Sra. Maria Eleonora Barroso Santa Rosa; e Exmos. Srs. Beto Franco, em cuja pessoa saúdo todos os membros do Grupo Galpão, que enobrece a cultura de Minas Gerais; Sérgio Sieble; Antônio José Mota Lopes; Deputado Rômulo Veneroso, a quem cumprimento pela brilhante idéia de valorizar a nossa cultura; jovem Deputado Weliton Prado; senhoras e senhores, hoje admirado internacionalmente, o Grupo Galpão, criado com inspiração no teatro popular e de rua, é um dos grandes destaques em toda a cena cultural mineira, graças à sua criativa linguagem teatral, que abrange técnicas musicais e circenses.

O reconhecimento crítico a esses pouco mais de 25 anos, incorporando pesquisas para uma atuação mais perfeita e gerando uma nova dramaturgia, não afastou o Grupo Galpão da imediata aceitação do público, ocorrida com a mesma espontaneidade nos mais diversos lugares do mundo. Sua equipe formou-se entre alunos do mais tradicional encontro das artes em solo mineiro, o Festival de Inverno da UFMG, e, sem dúvida, constitui um de seus mais importantes frutos. Desde seus primeiros tempos, abriu-se o Grupo para o mundo, como verdadeiro exemplo da arte mambembe, ao participar de diversos festivais de teatro de rua, tanto no Brasil quanto no exterior, numa alentada troca de experiências com outras trupas. Sem perder a essência local, sua arte mantém-se tributária de uma tradição de comunicação profunda com a platéia, levando às pessoas a alegria, mas sempre acompanhada pela reflexão. É assim que seus atores, também músicos e acrobatas, já encenaram, num caminho de fusão entre o popular e o clássico, de Goldoni, Molière e Shakespeare a Nelson Rodrigues e Eduardo Garrido.

Prêmios em grandes festivais levaram ao convite para encenar Romeu e Julieta em Londres, no celebrado Globe Theatre, depois de visto e adorado em Belo Horizonte, na Praça do Papa. Por um tempo, o Cirque du Soleil teve em seu elenco a nossa querida Teuda Bara, já de volta ao seio do Grupo, do qual é fundadora junto de Eduardo Moreira, Antônio Edson e Wanda Fernandes, que tanta saudade nos provoca.

Ao se fixar na sede própria, ocupando o antigo Cine Horto, pôde o grupo dar vazão a um importante trabalho pedagógico, preparando novos atores e dramaturgos, sempre à frente de uma criativa experimentação que traz novo sopro ao teatro feito em Minas Gerais, criando novos públicos e mantendo uma geração de fiéis aficionados.

Na contramão de uma tendência a comédias de riso fácil, num esquema repetitivo de produções improvisadas, infelizmente percebido por aqui nos últimos anos, o trabalho do Grupo Galpão sempre tem o cuidado de continuar inteligente, elaborado e fruto da paixão maior de seus componentes. Eles nos trazem a renovada lição de uma profunda competência, regada a uma permanente abertura à renovação, apontando um exemplo que deveria ser seguido por outros grupos e mesmo pelos praticantes de outras modalidades culturais. Trata-se do exemplo da seriedade, do profissionalismo e da crença de que o público merece o melhor, esteja ele nas ruas de uma cidade do nosso Vale do Jequitinhonha ou de uma das grandes Capitais européias.

Parafraseando o texto de um de seus mais recentes espetáculos, em que os textos foram fornecidos pelo público a partir de suas histórias de vida, o Galpão vem realizando, ao longo de sua trajetória, pequenos milagres. Pequenos milagres que traduzem um verdadeiro apreço ao trabalho artístico, ao qual Minas Gerais e o mundo vêm correspondendo. Todos nós aguardamos, com ansiedade, a próxima estréia do grupo de teatro que melhor encarna a alma mineira. Portanto, longa vida à grande arte do Grupo Galpão! Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 25, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do artigo 204 do Regimento Interno - NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/12/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Sebastião Helvécio, Antônio Carlos Arantes e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Lafayette de Andrada, por indicação do BSD) membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Suspende-se a reunião. Às 15h49min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Célio Moreira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.615/2007 com as Emendas nºs 76, 88, 92, 98, 99, 106, 107, 125, 126, 127, 141 a 152, 166, 171, 174, 175, 187, 200 e 360, apresentadas por parlamentares e pela Comissão de Participação Popular; as Emendas nºs 379 a 435, apresentadas neste parecer; as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 a 4, 6, 20, 21, 24, 37, 40 a 45, 47, 48, 50, 51, 58, 59, 61 a 71, 73 a 75, 84, 85, 87, 94, 96, 97, 103, 104, 110, 113, 114, 116, 121, 128, 132, 134, 135, 140, 153, 156, 158, 162 a 164, 170, 172, 173, 177 a 183, 185, 191, 194, 195, 202, 205, 207, 208, 217, 220, 255, 300, 302, 310, 312, 315, 317, 323, 330, 339, 340, 343, 346, 347, 350, 355, 361, 367 e 377; as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 155 e 218 e as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 210; e pela rejeição das Emendas nºs 5, 8 a 10, 12, 22, 23, 46, 49, 53, 60, 72, 86, 90, 91, 93, 100 a 102, 105, 108, 109, 111, 112, 115, 119, 123, 124, 129 a 131, 133, 136 a 139, 154, 157, 159, 165, 168, 176, 186, 188, 192, 193, 196, 197, 201, 203, 209, 213, 214, 221 a 223, 226 a 253, 259, 260, 264, 267, 269 a 274, 276 a 280, 282, 284 a 299, 301, 303 a 305, 311, 313, 318 a 320, 324 a 328, 332 a 334, 336 a 338, 341, 342, 349, 362 a 366, 368 a 370 e 373 a 376 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e 1.616/2007 com as Emendas nºs 10 a 18, 25 a 31, 33 a 37, 75 a 101, 104 a 115, 117 a 123, 126 a 132, 157 a 167, 229, 230, 241 a 265, 267 a 269, 271 a 283, 285 a 290, 343, 344, 346 a 356, 359 a 365, 367 a 372, 375 a 377, 379, 380, 387 a 397, 401, 402, 406 a 412, 414 a 416, 419 a 425, 427 a 433, 435, 438 a 443, 476, 478 a 487, 490, 495 a 516, 518, 519, 521 a 523, 527 a 535, 540 a 548, 585 a 588, 602, 604 a 627, 630 a 632, 636, 639, 646 a 653, 668, 678, 691 a 693, 695, 703, 754 e 755, apresentadas por parlamentares, as Emendas nºs 704 a 706, 710, 719, 722, 735 e 743, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, as Emendas nºs 760 a 807, apresentadas neste parecer, as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 60, 168, 170, 239, 517, 520, 524 a 526, 578, 589, 637, 638, 640 a 642, 696, 712, 716, 717, 720, 721, 725 a 727, 730, 731, 733, 734, 736, 738, 742, 744, 747 e 751, as Subemendas nºs 1 e 2 às Emendas nºs 4,

169, 231, 266, 284, 345, 366, 373, 374, 378, 417, 426, 434, 477, 488 e 645 e as Subemendas nºs 1, 2 e 3 à Emenda nº 103; pela rejeição das Emendas nºs 2, 5 a 9, 19 a 24, 32, 38 a 59, 61 a 74, 102, 116, 124, 125, 133 a 156, 171 a 228, 232 a 238, 240, 270, 291 a 342, 357, 358, 381 a 386, 398 a 400, 403 a 405, 413, 418, 436, 437, 444 a 475, 489, 491 a 494, 536 a 539, 549 a 577, 579 a 584, 590 a 601, 603, 628, 629, 633 a 635, 643, 644, 654 a 667, 669 a 677, 679 a 690, 694, 697 a 702, 707 a 709, 711, 713 a 715, 718, 723, 724, 728, 729, 732, 737, 739 a 741, 745, 746, 748 a 750, 752, 753, 756 a 759 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2008.

Zé Maia, Presidente - Elisa Costa - Inácio Franco - Gustavo Valadares - Lafayette de Andrada.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/4/2008

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Ademir Lucas, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a criação de políticas de interiorização e a implantação de plano de carreira, cargos e salários para atrair profissionais da medicina para o interior do Estado e comunica o recebimento de ofício do Sr. Arlécio Costa, da Advogados Associados, solicitando que seja verificada a situação de abandono dos aprovados em concurso público para Guarda Municipal da Prefeitura de Contagem; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. David Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Detetives de Polícia do Estado de Minas Gerais (11/4/2008); Débora A. F. Barbosa e outros, profissionais da educação (12/4/2008); e Rosa de Fátima Mello Ferreira e outros (12/4/2008). Registra-se a presença dos Srs. Luiz Carlos dos Santos, assessor, e Juliana Barbosa de Oliveira, Diretora de Recursos Humanos, representando o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário de Saúde; Naide Souza Albuquerque Roquete, Diretora da Superintendência Central de Políticas de Recursos Humanos, e Luciana Meireles Ribeiro, Diretora Central de Carreiras e Remuneração, representando a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; José Afonso Soares, Secretário do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - CRM/MG -, representando o Sr. Hermann Alexandre Vivacqua Van Tiesenhausen, Presidente do Conselho; e Cristiano da Matta Machado, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed - MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Ana Maria Resende, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - Inácio Franco - André Quintão.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2008

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Ruy Muniz e Fahim Sawan (substituindo este ao Deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Deputado Hely Tarquínio, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento de ofício do Sr. Adão Faustino, publicado no "Diário do Legislativo" de 3/4/2008. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.489/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Doutor Rinaldo). Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Hely Tarquínio, conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.782/2007 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, o relator apresenta requerimento solicitando o adiamento da discussão, o qual é aprovado. O Projeto de Lei nº 1.800/2007, no 1º turno (relator: Deputado Doutor Rinaldo), deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.137/2008 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.184/2008. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.739 e 1.972/2007; e 1.991/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e Ruy Muniz em que solicitam audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos para discutirem as demissões dos servidores com contratos administrativos da Fhemig; Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Ruy Muniz, Fahim Sawan e Hely Tarquínio em que solicitam audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir o parecer sobre infecção hospitalar, a fim de subsidiar a discussão sobre o Projeto de Lei nº 1.782/2007, que torna obrigatória a divulgação de informação sobre o índice de infecção hospitalar pelos hospitais da rede pública e privada de saúde do Estado; Fahim Sawan em que solicita audiência pública desta Comissão para subsidiar a proposição de sua autoria, que dispõe sobre a proibição de contratação de modelos com índice de massa corporal inferior a 18kg por metro quadrado; Carlos Pimenta e Ruy Muniz em que solicitam sejam formulados votos de congratulações com os Srs. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, e Paulo César Gonçalves de Almeida, Reitor da Unimontes, pela inauguração do Centro de Convivência do Idoso, e com o Sr. Aloysio de Andrade Farias, controlador do Grupo Alfa, de São Paulo, pelo apoio à saúde do idoso no Brasil, em especial, em Belo Horizonte e Montes Claros; Hely Tarquínio e Elisa Costa em que solicitam reunião conjunta desta comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com os convidados que menciona, para debater a implementação da avaliação dos distúrbios do sono no exame de sanidade física e mental para renovação, adição e mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Ruy Muniz.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/4/2008

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues (substituindo este ao Deputado Sebastião Helvécio, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e

votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", de 12/4/2008: ofícios dos Srs. Marcus Pestana, Secretário de Saúde; Max Fernandes dos Santos e Dimas Wagner Lamounier, respectivamente Gerente Regional de Negócios e Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal; Euvaldo Bittencourt Júnior, Gerente de Projeto da Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos; José Augusto Trópia Reis, Vice-Presidente do BDMG; Alexandre Cabana de Queiroz Andrade, Diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça; e Rodolfo Guimarães Filho, da Superintendência de Apoio à Infra-Estrutura Municipal da Secretaria de Transportes e Obras Públicas. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 116/2007 (Deputado Sebastião Helvécio) e 1.386/2007 (Deputado Zé Maia), no 1º turno. Registra-se a presença da Deputada Elisa Costa. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Helvécio, que conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 716/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. O Deputado Sargento Rodrigues se retira da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.368/2007 (relator: Deputado Zé Maia) e 1.747/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio) na forma dos Substitutos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 1.978/2008 pela aprovação e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos (relator: Deputado Lafayette de Andrada). O Projeto de Lei nº 492/2007 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente recebe requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado e ao Secretário de Defesa Social cópia de denúncia referente a favorecimento na licitação realizada pelo governo do Estado, para aquisição de sistema de identificação balística e comparação automática para o Instituto de Criminalística, para o qual designa como relator o Deputado Lafayette de Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2008.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrús Filho - Sebastião Helvécio - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/4/2008

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, sugestões de alteração no Código Nacional de Trânsito que visam à redução dos acidentes com vítimas fatais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ronaldo Brito Soyer, detento da Penitenciária Francisco Floriano de Paula - Paca -, de Governador Valadares, encaminhando, para tomada de providências, denúncia contra os Srs. Peter Bruno Alves de Souza e José Meireles, ex-agente e agente penitenciário, respectivamente, desse estabelecimento prisional, e pedindo ajuda para o seu processo criminal; Pe. José Paulino Francisco Neto, pároco da Paróquia de Santo Antônio do Município de Araçuaí, pedindo ajuda a esta Comissão para construção da igreja de Santo Antônio; Jaildo Rodrigues Brito, detento da Penitenciária de Francisco Sá, pedindo sua transferência para a Penitenciária de Montes Claros; Odilon Ferreira do Amaral e outros membros da União de Pastores pelo Desenvolvimento Social, Político e Econômico de Ribeirão das Neves - UPRN -, encaminhando a esta Comissão, para tomada de providências, cópia de relatório referente a grave situação de constrangimento causado pelos agentes da lei, representando a PMMG, em guarnição da 204ª Cia. do 40º Batalhão, da 7ª Região da PMMG; das Sras. Maria Osmana Batista de Freitas, professora em Setubinha, encaminhando, para tomada de providências, reclamação contra a saúde pública desse Município; Juliana Pedrosa Costa, assessora jurídica da Famuc-SMS, informando que recebeu as notas taquigráficas da 36ª Reunião Ordinária desta Comissão, contendo denúncia contra o servidor Wilvan de Castro Damião, e que o expediente foi encaminhado à Corregedoria Municipal de Contagem para tomada de providências; Mirlir Cunha, 1ª-Ten. PM, informando o comparecimento do Cel. César Romero, Corregedor da PMMG, à reunião do dia 10/4/2008; e de ofício do Sr. Cláudio Maia de Barros, Promotor de Justiça da Comarca de Montes Claros publicado no "Diário do Legislativo" de 11/4/2008. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do DETRAN-MG e Delegado-Geral de Polícia, representando Marco Antônio Monteiro, Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Ivan Godoi, Gerente de Operação de Trânsito, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor do DER-MG; Major PM Roberto Lemos, Comandante da 1ª Cia. de Polícia de Trânsito Independente do Estado de Minas Gerais; Cel. Cláudio Vinício Serra Teixeira, Comandante Operacional de Bombeiros, representando o Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar; Marcos Fontoura de Oliveira, Diretor de Ação Regional e Operação, representando Ricardo Medanha Ladeira, Presidente da BHTRANS; Prof. Sebastião Alexandre Ramos, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Deputado Durval Ângelo. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura (2) em que pleiteia sejam solicitadas, em caráter de urgência, ao Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais, providências com vistas a que se suspenda a ordem de desocupação a que se refere o processo judicial de reintegração de posse, Processo nº 002408959087-1, da Fazenda Córrego dos Coités - Chapadinha, localizada no Município de Capelinha; seja realizada visita desta Comissão ao assentamento de trabalhadores rurais composto por mais de 70 famílias, na referida Fazenda; Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, obter esclarecimentos sobre a construção de um conjunto habitacional no campo de futebol do Farroupilha Futebol Clube, no Município de Contagem; Ruy Muniz (5) em que pleiteia sejam solicitadas providências ao Diretor-Geral do DER-MG e ao Presidente da BHTRANS com vistas a que se dotem as passarelas das rodovias estaduais e das vias públicas de Belo Horizonte de mecanismos de proteção que evitem o lançamento de objetos; ao Presidente da República e ao Ministro dos Transportes com vistas a que se liberem recursos para o término das obras do metrô de Belo Horizonte; ao Secretário de Estado de Saúde com vistas a que se dotem os hospitais das macrorregiões do Estado de infra-estrutura, em especial de helipontos, capaz de melhorar o atendimento de urgência e emergência de acidentes de trânsito; ao Governador do Estado e ao Secretário de Governo com vistas à instalação e reativação de balanças nas rodovias do Estado a fim de coibir o tráfego de veículos de carga com excesso de peso; em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e a de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para, em audiência pública, debater a segurança no transporte de bobinas de aço no Estado de Minas Gerais; João Leite, em que pleiteia sejam solicitadas ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do DNIT providências com vistas a que se instalem e se reativem balanças nas rodovias federais que atravessam o Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/4/2008

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita reunião desta Comissão para discutir, em audiência pública, a regularização fundiária

da Vila Acaba Mundo e a prestação de serviços públicos na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2008.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 23/4/2008

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento de emenda apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.096/2008, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição em avulso do parecer em que conclui pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.096/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária em 24/4/2008, às 14h15min, para apreciação do Projeto de Lei nº 2.096/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2008.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Elisa Costa - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e similares afixarem placas de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado, em dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, de 2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida em incêndios ocorridos nas cadeias públicas de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.214/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$196.438.099,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 683/2007, do Deputado Weliton Prado, que especifica os logradouros de acesso coletivo para os fins da Lei nº 11.666, de 9/12/94. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 734/2007, do Deputado André Quintão, que institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 29/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 39/2008, do Deputado Domingos Sávio; Projetos de Lei nºs 1.455/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.927/2007, do Deputado Antônio Genaro; 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.181/2007, do Deputado Durval Ângelo; 1.628/2007, do Deputado Célio Moreira; 1.849/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.886/2007, do Deputado Doutor Rinaldo; 1.898/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.984/2008, do Deputado Délio Malheiros; 2.058/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.095/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.179/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.215/2008, do Governador do Estado; 2.217/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.256/2008, do Deputado Doutor Rinaldo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.652/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 1.868/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.933/2007, do Deputado Fábio Avelar; 2.169/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.181/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.210/2008, do Deputado Gustavo Valadares; 2.244/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 2.247/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.249 e 2.250/2008, do Deputado Wander Borges; 2.251/2008, do Deputado Paulo Cesar; 2.253 e 2.254/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.257 e 2.258/2008, do Deputado Doutor Rinaldo; 2.259/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.264/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 29/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.999/2008, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.871/2007, do Deputado Delvito Alves.

Requerimentos nºs 2.220/2008, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 2.232/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.239, 2.246, 2.247, 2.248, 2.250, 2.251 e 2.252/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 2.260/2008, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater o atraso das obras da Linha Verde na Avenida Cristiano Machado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 29/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.328/2007, do Deputado Paulo Guedes e da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.259/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 29/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 2.150, 2.207 e 2.211/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.245/2008, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.263/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.200/2008, do Deputado Arlen Santiago; 2.238/2008, dos Deputados Gilberto Abramo e outros, e 2.257/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 29/4/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado, em dias de jogos; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 683/2007, do Deputado Weliton Prado, que especifica os logradouros de acesso coletivo para os fins da Lei nº 11.666, de 9/12/94; 734/2007, do Deputado André Quintão, que institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado; 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e similares afixarem placas de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, no Estado; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida em incêndios ocorridos nas cadeias públicas de Ponte Nova e de Rio Piracicaba; 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências; e 2.214/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$196.438.099,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de abril de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir, em audiência pública, as recentes mudanças na telefonia móvel promovidas pela Anatel e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Carlos Pimenta, Dimas Fabiano e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 18/2008, do Governador do Estado; de argüir o Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/4/2008, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar audiência pública com a presença de convidados para relembrar o holocausto praticado contra o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 37/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado André Quintão, o Projeto de Lei nº 37/2007 institui a política estadual de juventude e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 10/2/2007, a proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XIV, do Regimento Interno, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 37/2007 institui a política estadual de juventude, destinada aos jovens mineiros com idade entre 15 e 29 anos.

De acordo com o projeto em análise, essa política objetiva desde a incorporação integral dos jovens ao desenvolvimento do Estado até a articulação de ações públicas na promoção de políticas públicas de juventude que concebam o jovem como portador de direitos e membro da coletividade.

A juventude, como foco específico da intervenção do Estado, vem ganhando espaço na agenda pública desde o início dos anos 2000. Uma das razões para tal é a representatividade da população entre 15 e 29 anos de idade nas populações totais brasileira e mineira. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD –, de 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, os jovens representavam aproximadamente 27% da população total, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. Esse grupo etário nunca foi nem será tão numeroso como o é hoje, caso se mantenham as tendências demográficas atuais de redução da taxa de fertilidade e de aumento da expectativa de vida.

A significativa representatividade da população jovem na população total do Estado causa impacto, de forma extremamente acentuada, nas políticas públicas de caráter universal, como educação, saúde e segurança pública, em razão da pressão pelo acesso a bens e serviços públicos, e demanda investimento em políticas focalizadas para essa parcela da população, como, fundamentalmente, aquelas relativas à inclusão produtiva; porém, o Estado, em todos os níveis de governo, não se antecipou para receber e processar toda essa demanda. No entanto, mesmo que a resposta tenha sido tardia, o Estado não deixou de se organizar para implementar políticas públicas efetivas de promoção dos direitos de juventude e de oferta de oportunidades diferenciadas, com foco nessa parcela da população. O governo federal instalou a Secretaria Nacional de Juventude, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável por articular as ações intersetoriais da Política Nacional de Juventude, lançada em 2005, e por organizar a Conferência Nacional de Juventude, no corrente ano, com vistas a identificar desafios e a propor alternativas para a garantia dos direitos dos jovens.

O governo do Estado instituiu a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude – SEEJ –, por meio da Lei Delegada nº 121, de 25/1/2007, manteve políticas de proteção social básica destinadas aos jovens, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, além de ter apresentado o protagonismo juvenil como uma das áreas de resultado do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, que, no âmbito do Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, articula sete programas destinados especificamente aos jovens, nas áreas do ensino médio, da educação profissionalizante, do fomento ao esporte e da inserção produtiva dessa parcela da população.

A área de resultados Protagonismo Juvenil articula iniciativas públicas com vistas a preparar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho, de forma autônoma, emancipatória e com nível de qualificação adequado, dada a representatividade dessa faixa etária no total da População Economicamente Ativa – PEA¹. Outras políticas, igualmente direcionadas à juventude, estão organizadas em outras áreas de resultados, como a Defesa Social e a Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva, sem ter-se garantida a articulação entre esses investimentos públicos. A idéia de organizar todas as iniciativas públicas, por eixos de atuação, destinadas à garantia dos direitos de juventude e à promoção de oportunidades para a efetivação desses direitos em uma política estadual de juventude, que articule iniciativas públicas e não

governamentais e reduza a duplicidade de investimentos; é, portanto, extremamente bem-vinda.

A singularidade da juventude, como fase de vida na qual as pessoas demandam a promoção de direitos e de oportunidades para sua efetiva emancipação, faz com que ela se afirme como um segmento social distinto. Ao mesmo tempo em que guarda uma identidade geracional interna, a juventude brasileira é formada por um mosaico étnico e social. Essa diversidade, no entanto, na maior parte das vezes se apresenta como desigualdade. Uma parcela significativa da juventude brasileira tem sido submetida a diferentes situações de violação de direitos e de preconceitos que acentuam ainda mais as disparidades de distribuição de renda e de bem-estar social, tornando alguns segmentos juvenis mais discriminados do que outros. Diante da situação de exclusão social que afeta grande parte da população juvenil no Brasil, as políticas públicas de juventude devem ter caráter redistributivo, com vistas a diminuir as desigualdades dos jovens entre si e desses em relação a outros segmentos etários da população. Para tanto, devem ser implementadas políticas de caráter universal, destinadas às demandas afetas à situação singular dos jovens, com a oferta de educação pública de qualidade, além de políticas de caráter especial, destinadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social ou com direitos violados, bem como de políticas focalizadas em recortes específicos da juventude, que contribuam para a diminuição das desigualdades de oportunidades e de garantia de direitos entre jovens. Esse deverá ser, justamente, o formato da política estadual de juventude.

Importa ressaltar, ainda, que o corte etário proposto como limite para se definir a juventude – de 15 a 29 anos de idade – obedece a um padrão internacional, embasado no conceito de juventude como fase da vida em que se acumulam ativos individuais e sociais para a conquista de autonomia e de emancipação, e que tende a ser consensualmente utilizado no Brasil.

Concordamos com o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, no que diz respeito à menção formal à regra referente ao custeio das despesas decorrentes da lei e aos ajustes relativos à preservação da boa técnica legislativa. Entendemos, no entanto, ser necessário promover algumas alterações, com vistas a organizar a política estadual de juventude em ações de caracteres universal, especial e focalizado, conforme o anteriormente disposto.

Dessa forma, apresentamos o Substitutivo nº 2, que mantém as alterações propostas pela Comissão de Constituição e Justiça, acrescenta dispositivo destinado às diretrizes da política estadual de juventude, e organiza a intervenção pública em diferentes áreas temáticas: saúde; educação; esporte e lazer; inclusão produtiva; direitos humanos e garantia da segurança; valorização da diversidade e da promoção de segmentos vulnerabilizados.

Destaca-se nosso posicionamento em relação à previsão da reserva de 50% de vagas nas universidades estaduais, como política de fomento ao acesso ao ensino superior, em favor de alunos carentes, afrodescendentes e com deficiência. Interessa lembrar que o Estado de Minas Gerais possui legislação específica referente à política de reserva de vagas – Lei nº 15.259, de 27/7/2004 –, que estabelece um mínimo de 45% do total das vagas oferecidas pela Uemg e pela Unimontes para alunos carentes, discriminando 20% das vagas para afrodescendentes, 20% para egressos de escolas públicas e 5% para pessoas com deficiência e indígenas. Ressalte-se que o corte inicial diz respeito à situação de carência. Entendemos, então, que o Estado já dispõe de regulamentação própria relativa à reserva de vagas de ensino superior para segmentos vulnerabilizados da sociedade. Além da reserva de vagas, optamos por apresentar outras possibilidades de fomento ao acesso e à permanência nesse nível de ensino, como bolsas de estudo e bolsas-permanência, conforme o disposto no inciso IV do art. 4º do Substitutivo nº 2.

Outra alteração fundamental promovida pelo Substitutivo nº 2, que apresentamos ao final deste parecer, diz respeito à implantação do Programa Estadual de Inclusão de Jovens – Pró-Jovem. Entendemos que os esforços em políticas públicas devam considerar a integração sistêmica dos três níveis de governo, a fim de se evitar a duplicidade de ações de mesmo teor e destinadas ao mesmo público, embora geridas por níveis distintos de governo. Dessa forma, optamos por apresentar, como alternativa à implantação de um Pró-Jovem estadual, a garantia de reserva de recursos próprios do Estado, como contrapartida em convênios com a União, para a ampliação dos Municípios mineiros hoje participantes do Pró-Jovem nacional, programa destinado à redução do déficit educacional entre jovens trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, conforme o disposto no inciso IV do art. 6º do Substitutivo nº 2. Aliás, essa também foi a alternativa adotada no Substitutivo nº 2 para os dispositivos que criavam programas com gestão estadual, que replicavam programas de mesmo nome de gestão pelo governo federal: garantir recursos para a contrapartida do Estado na ampliação do número de beneficiários de tais programas, conforme o disposto no inciso IX do art. 7º e no inciso II do art. 8º do Substitutivo nº 2.

Consideramos que a área relativa ao direito à segurança deva merecer especial atenção, uma vez que as mortes por causas externas – homicídio, suicídio e acidentes de trânsito – vitimizam majoritariamente essa parcela da população. Além disso, verifica-se o ingresso cada vez mais precoce na criminalidade, cabendo ao Estado, com urgência, investir em ações para enfrentar e prevenir a violência juvenil. Embora sejam de nosso conhecimento as estratégias já implementadas pelo Estado, como o programa estruturador de prevenção social da criminalidade, entendemos ser necessária a especificação dessa área de atuação no âmbito da política estadual de juventude, em conjunto com a promoção dos direitos humanos, conforme o disposto no art. 9º do Substitutivo nº 2.

No que diz respeito às políticas focalizadas, que se destinam a diminuir as desigualdades resultantes das diferenças em razão de condição física, gênero, orientação sexual, raça ou etnia, optamos por organizar suas ações em um único artigo (art. 10 do Substitutivo nº 2). Já no que diz respeito ao jovem rural, tratado de forma específica no Substitutivo nº 1, optamos por discriminar essas ações nos artigos destinados à educação e à inserção no mercado de trabalho, por entendermos que, embora apresentem uma especificidade, devam partilhar de políticas de caráter universal.

Considerando o fato de os jovens comporem o contingente populacional mais sujeito às distintas formas de violência, enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho, sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais, não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer, o reconhecimento de seus direitos deve estar alicerçado numa perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. Portanto, seu desenvolvimento integral é legítimo e de interesse de todo o conjunto da sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 37/2007 na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a política estadual de juventude e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de juventude, destinada aos jovens com idade entre quinze e vinte e nove anos, nos termos do disposto nesta lei.

Art. 2º – A política estadual de juventude tem os seguintes objetivos gerais:

- I – promover o desenvolvimento integral dos jovens nos aspectos humano, familiar, social, educacional, econômico, cultural, desportivo e religioso;
- II – articular os Poderes do Estado, organizações não governamentais e a sociedade para a construção de políticas públicas de juventude;
- III – fomentar a construção do diálogo e da convivência plural entre as diversas representações juvenis e entre estas e o governo;
- IV – zelar pela garantia dos direitos dos jovens, sem distinção de gênero, orientação sexual, raça e etnia, no que tenha a ver com educação, trabalho, renda, saúde, agricultura familiar, meio ambiente, terra, ciência e tecnologia, cultura, esporte, lazer e participação política, entre outros aspectos.

Art. 3º – São diretrizes da política estadual de juventude:

- I – a singularidade da juventude;
- II – a concepção dos jovens como sujeitos de direitos;
- III – a valorização da diversidade juvenil;
- IV – o fortalecimento dos segmentos juvenis vulneráveis;
- V – a transversalidade das políticas e a necessária ação intersetorial para a promoção integral dos direitos de juventude;
- VI – a participação juvenil.

Art. 4º – São prioridades da política estadual de juventude para os próximos dez anos:

- I – erradicar o analfabetismo da população juvenil;
- II – garantir a universalização do ensino público e gratuito, com garantia de acesso e de permanência na escola;
- III – garantir a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
- IV – elevar significativamente o número de jovens nas universidades estaduais, assegurando o acesso, a permanência e a conclusão, por meio de políticas de bolsas de estudos, de bolsas-permanência e de reserva de vagas;
- V – incentivar o empreendedorismo juvenil;
- VI – incentivar a participação política dos jovens;
- VII – promover a participação juvenil no mercado de trabalho;
- VIII – promover atividades preventivas na área da saúde;
- IX – criar áreas de lazer e ampliar a prática desportiva;
- X – incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
- XI – promover a inclusão digital de forma universalizada;
- XII – criar Centros de Referência de Juventude como locais de difusão de políticas públicas;
- XIII – garantir programa de transferência de renda destinado a jovens em situação de vulnerabilidade social.

Art. 5º – No campo da saúde, caberá ao Estado:

- I – adaptar os serviços de saúde para o atendimento de jovens, com a capacitação de equipes de atendimento e a implantação de horários compatíveis com o trabalho e a escola;
- II – capacitar professores e profissionais de saúde para identificar a ingestão abusiva e a dependência de álcool e de substâncias entorpecentes;
- III – adotar no ambiente escolar medidas efetivas contra o comércio de drogas lícitas e ilícitas;
- IV – desenvolver programas de saúde sexual e reprodutiva, abordando a prevenção da gravidez precoce e da gravidez indesejada, o aborto, o planejamento familiar e as doenças sexualmente transmissíveis;
- V – implementar programas destinados à prevenção e ao tratamento de transtornos alimentares;

VI – implantar serviço público gratuito de informação por telefone e pela internet para informar os jovens sobre os aspectos de atendimento referidos neste artigo, em especial sobre os exames e os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 6º – No campo da educação e da cultura, caberá ao Estado:

I – capacitar os agentes educacionais para se ajustarem às medidas definidas neste artigo;

II – assegurar o caráter público e gratuito da educação;

III – desenvolver programas de erradicação do analfabetismo juvenil, inclusive entre os jovens rurais;

IV – assegurar recursos próprios como contrapartida em convênios com o governo federal, com vistas a ampliar o número de Municípios mineiros atendidos pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pró-Jovem –, destinado a executar ações integradas que estimulem a conclusão do ensino fundamental e médio e a qualificação profissional;

V – ampliar a oferta de vagas nos cursos noturnos das instituições de ensino estaduais;

VI – garantir escolas rurais de ensino fundamental e médio, com infra-estrutura adequada e inclusão digital;

VII – disseminar, incentivar e apoiar as experiências de metodologia da alternância, como as Escolas Família Agrícola, as Casas Familiares Rurais e programas similares;

VIII – garantir o transporte público para alunos dos níveis fundamental e médio residentes na área rural;

IX – criar escolas de ensino médio nas cidades com população acima de oito mil habitantes;

X – ampliar as oportunidades de formação profissional de nível técnico para os alunos do ensino médio;

XI – disponibilizar a orientação vocacional e informações sobre as profissões para os jovens do ensino médio;

XII – implantar a alimentação escolar nas escolas estaduais de ensino médio;

XIII – garantir o acesso e a permanência no ensino médio e superior, por meio de uma política de assistência estudantil;

XIV – interiorizar a universidade pública, com cursos e metodologias voltadas para as diversas realidades, tanto do agronegócio como da agricultura familiar;

XV – criar, ampliar e fiscalizar mecanismos de financiamento de bolsas de iniciação científica, pesquisa e extensão para jovens;

XVI – garantir a participação dos jovens nos processos de eleição para Diretor e Reitor nas escolas e universidades públicas estaduais;

XVII – implementar reforma curricular incorporando temas referentes a direitos civis, políticos e sociais, saúde, trabalho, gênero, raça, diversidade sexual e cultural, participação e organização política do Estado, arte e cultura;

XVIII – implantar núcleos de educação nas comunidades quilombolas, caboclas, ribeirinhas, afro-brasileiras, mestiças e indígenas, preservando e valorizando sua cultura e seu idioma;

XIX – implementar programa de elevação da escolaridade, de profissionalização e de inclusão cultural de jovens rurais, camponeses e ribeirinhos;

XX – criar bibliotecas comunitárias nas escolas estaduais;

XXI – estabelecer política de incentivo, com vistas a garantir a meia-passagem intermunicipal para o estudante nos meios de transporte rodoviário, fluvial e ferroviário;

XXII – implantar política de inclusão digital juvenil;

XXIII – estimular a realização e a divulgação de projetos culturais por jovens;

XXIV – estimular a criação e a democratização do acesso a equipamentos culturais em todas as regiões do Estado.

Art. 7º – No campo do desporto educacional, de participação e lazer e de rendimento, caberá ao Estado:

I – criar e melhorar a infra-estrutura esportiva das escolas, investir na qualificação dos professores de educação física e disponibilizar acompanhamento médico;

II – criar a Bolsa-Atleta, para o atleta não profissional em formação, com mais de 14 e menos de 20 anos, com controle da frequência dos estudantes, que não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas;

III – destinar ao esporte percentual da arrecadação bruta da Loteria do Estado de Minas Gerais, conforme definido em lei;

IV – garantir a participação do Conselho Estadual da Juventude no planejamento e no monitoramento das ações desportivas custeadas com

recursos gerados pelas leis de incentivo ao esporte;

V – criar infra-estrutura esportiva para os jovens das comunidades indígenas, quilombolas, caboclas, ribeirinhas, afro-brasileiras e mestiças, respeitando sua cultura;

VI – viabilizar a realização dos jogos indígenas;

VII – formar jovens como monitores de esporte e lazer;

VIII – estimular a realização de competições estaduais;

IX – assegurar recursos próprios como contrapartida em convênios com o governo federal, com vistas a ampliar o número de escolas estaduais atendidas pelo Programa Segundo Tempo, destinado a garantia de acesso ao esporte educacional de qualidade a crianças e adolescentes em situação de risco social;

X – criar mecanismos que visem a estimular a prática do esporte feminino e por jovens com deficiência.

Art. 8º – No campo da inserção e permanência do jovem no mercado de trabalho, compete ao Estado:

I – desburocratizar o acesso ao microcrédito para os jovens e estimulá-los à realização de empreendimentos que não comprometam sua permanência na escola e estimulem sua fixação no seu local de origem;

II – assegurar recursos próprios como contrapartida em convênio com o governo federal, com vistas a ampliar o número de jovens beneficiários do Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger –, de gestão do governo federal, destinado a financiar aqueles que quiserem iniciar ou investir no seu próprio negócio, na área urbana ou na rural;

III – ampliar o número de vagas para estágio na administração pública estadual e estabelecer critérios impessoais de seleção;

IV – incentivar a formação de cooperativas de jovens, associações de trabalho e redes de economia solidária;

V – promover o intercâmbio entre países, com prioridade para aqueles inseridos no Mercosul, com vistas a melhorar a formação profissional e a ampliar as possibilidades de emprego e estágio;

VI – fomentar a formação e a consolidação de pólos de incubadoras de empresas de base tecnológica e de empresas-juniores nas instituições de ensino superior e de educação profissional;

VII – viabilizar convênio com instituições de ensino profissionalizante, inclusive aquelas vinculadas aos serviços nacionais de aprendizagem, para a concessão de bolsas de estudo e de bolsas-permanência destinadas a alunos carentes, com vistas à formação profissional;

VIII – implantar o Projeto Escola de Fábrica estadual, com vistas à formação profissional de jovens de baixa renda, mediante cursos ministrados em espaços educativos instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais;

IX – criar o selo Amigo Jovem para as empresas que tenham em seus quadros percentual significativo de jovens no primeiro emprego, estagiários e aprendizes;

X – promover a educação no campo, com a capacitação para a gestão e o planejamento da propriedade e a intervenção em toda a cadeia produtiva, desde a produção até a comercialização;

XI – instituir o Programa Primeiro Emprego, no âmbito rural, com ênfase no artesanato, no ecoturismo e no turismo rural sustentável, e viabilizar a criação das pequenas agroindústrias e a certificação da produção da agricultura familiar;

XII – garantir a permanência do jovem no campo, em especial estimular a sucessão hereditária da agricultura familiar, com mais investimento financeiro e a construção de um modelo desenvolvimentista sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural;

XIII – intensificar o processo de reforma agrária e de regularização fundiária e de incentivo às pesquisas e ao auxílio técnico para o meio rural.

Art. 9º – No campo dos direitos humanos e da garantia de segurança, caberá ao Estado;

I – instituir mecanismos de prevenção e de enfrentamento à violência juvenil, sob a ótica da garantia de direitos;

II – criar e manter programa específico de prevenção e controle da mortalidade por causa externa entre jovens – homicídios, suicídios e acidentes de trânsito;

III – criar e manter programa de proteção a jovens ameaçados de morte, em razão de ser vítima ou testemunha de ato criminoso;

IV – promover a formação em direitos humanos dos quadros da Polícia Militar e Civil, com foco na violência institucional;

V – criar mecanismos de proteção aos direitos humanos, capacitando os profissionais do Poder Judiciário que lidam com crianças e jovens, bem como os dos Conselhos Tutelares para contornar conflitos entre pais e filhos, relativos, sobretudo, à orientação sexual;

VI – implantar programas que amparem os jovens vítimas de abuso e exploração sexual, de violência doméstica e em situação de risco;

VII – criar mecanismos eficazes de repressão da prática do turismo sexual e do trabalho escravo;

VIII – implementar programas que beneficiem os jovens em conflito com a lei e promovam sua reintegração na comunidade;

IX – incluir e ampliar a participação, nos programas públicos de formação profissional, de jovens que cumpram ou cumpriram medidas socioeducativas ou que tenham sido apenados;

X – promover ações para a obtenção de documentação básica para os jovens, inclusive os da área rural e de comunidades tradicionais;

XI – implantar o serviço Disque Direitos Humanos e garantir a assistência jurídica gratuita.

Art. 10 – Com relação à valorização da diversidade e à promoção da igualdade, caberá ao Estado:

I – instituir os Centros de Referência da Juventude, destinados à difusão das políticas públicas de juventude, com espaço para a expressão da diversidade e o atendimento às demandas pela diminuição das desigualdades entre os jovens;

II – criar mecanismos que assegurem a educação inclusiva e a acessibilidade arquitetônica, social e comunicacional dos jovens com deficiência;

III – combater a discriminação racial, de orientação sexual e de gênero;

IV – capacitar os profissionais das áreas de saúde e segurança pública e os demais servidores públicos para lidar com os jovens das diversas orientações sexuais e oferecer-lhes apoio psicológico, médico e social, visando a reconhecer a liberdade de orientação e fortalecer sua expressão sexual;

V – criar departamentos especializados nas delegacias contra práticas homofóbicas;

VI – assegurar aos jovens índios efetivo acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social e às oportunidades de trabalho, respeitando seus valores culturais;

VII – implantar diretrizes curriculares de educação escolar indígena que garantam o sistema bilíngüe – língua de origem e português –, materiais didáticos específicos e professores do próprio meio, com conhecimento histórico, cultural e lingüístico;

VIII – acelerar os processos de identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas;

IX – garantir os programas de assistência à saúde dos jovens afro-brasileiros, capacitando os agentes públicos para o atendimento das doenças prevalentes na população afro-brasileira e incluindo o quesito cor e etnia nos formulários de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS -;

X – criar mecanismos para acesso e permanência dos jovens afro-brasileiros na escola e na universidade;

XI – promover ações destinadas a aumentar a proporção de mulheres nas funções e nos cargos da administração pública estadual;

XII – incluir, nas escolas públicas, atividade curricular objetivando a discussão e a conscientização sobre as questões do gênero, da violência contra a mulher, dos direitos sexuais e reprodutivos;

XIII – garantir atendimento integral, humanizado e de qualidade à saúde das mulheres jovens, em situação de violência e das que vivem na rua;

XIV – implementar, nas Delegacias da Mulher, um departamento com a finalidade de intermediar a relação entre os casais;

XV – promover anualmente cursos de capacitação e de reciclagem para os profissionais da saúde, educação, segurança pública e assistência psicossocial;

XVI – promover ações e campanhas de conscientização contra a violência, o turismo sexual, o tráfico e a exploração de mulheres.

Art. 11 – No campo da participação política, caberá ao Estado:

I – garantir e apoiar a participação juvenil efetiva na elaboração das políticas públicas, por meio de conferências, seminários, fóruns e debates;

II – promover a formação continuada dos membros que atuam no Conselho Estadual da Juventude;

III – estimular a participação dos estudantes no processo de gestão educacional;

IV – orientar a direção das escolas públicas estaduais para que facilitem a criação de entidades de representação estudantil, bem como disponibilizem espaço para sua sede.

Art. 12 – O Estado, em conjunto com as organizações juvenis, procederá, de três em três anos, a avaliações periódicas da implementação da política estadual de juventude.

Parágrafo único – A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência desta lei, cabendo às organizações juvenis, reunidas em Conferência Estadual, sugerir medidas que aprimorem as diretrizes e metas da política estadual da juventude.

Art. 13 – As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão custeadas com recursos provenientes da Lei Orçamentária.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2008.

Rosângela Reis, Presidente e relatora - Elisa Costa - Walter Tosta.

¹ PEA - A População Economicamente Ativa - PEA - corresponde ao conjunto das pessoas com idade igual ou superior a 10 anos, ocupadas e desocupadas no período de referência de sete dias. As pessoas ocupadas são aquelas que tinham trabalho durante todo ou parte do período de referência assim como aquelas que, embora tivessem trabalho remunerado, não o exerceram no período de referência por motivo de férias, licença, greve, etc. As pessoas desocupadas correspondem às que, no período de referência, não tinham trabalho mas tomaram alguma providência efetiva de procura por trabalho. (Fonte: www.ibge.gov.br)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/4/2008

A Deputada Gláucia Brandão - Sr. Presidente, caros colegas Deputadas e Deputados, amigos que nos assistem pela TV Assembléia, ocupo a tribuna nesta tarde para manifestar a nossa alegria pelo lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, o qual ocorreu em Ribeirão das Neves, na última quinta-feira.

Na ocasião, estiveram presentes à solenidade o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Vice-Presidente, José Alencar, o Secretário de Governo, Danilo de Castro, representando o nosso Governador, e várias autoridades da União e do Estado.

Quero registrar, com muito carinho, e agradecer a presença dos nobres colegas Deputados Wander Borges e Dilton Melo, Secretário de Estado. Estiveram presentes também os Prefeitos de Sabará, Lagoa Santa, Ibirité, Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Uberaba, Uberlândia e Campos Altos. São cidades que serão beneficiadas pelo PAC e que participaram da solenidade assinando os convênios.

Dois fatores nos trazem satisfação. Em primeiro lugar, a escolha do nosso Município, entre diversas cidades mineiras para assinar os convênios e receber o nosso Presidente. Diga-se de passagem, é a primeira vez que um Presidente da República vem à nossa cidade. Tivemos a satisfação de receber o Presidente Getúlio Vargas, mas, na época, a cidade ainda não tinha sido constituída. Agradecemos, assim, a presença do nosso Presidente para o lançamento de um aporte para Ribeirão das Neves de R\$140.000.000,00. Esse dinheiro é superimportante para uma cidade da Região Metropolitana, de 350 mil habitantes, que sofre e vem sofrendo ao longo do tempo com políticas públicas que não foram adequadas até este momento.

Essa comunidade pode, agora, sentir e ver a luz acender-se no fim do túnel. Todos nós, Deputados, junto às nossas bases, sabemos como a população se sente quando não tem água nem esgoto, não possui pavimentação nas ruas. Corta-me o coração ver estudantes de ensino médio, do turno noturno, andar quilômetros e quilômetros da escola até a suas casas por não terem transporte, em virtude da falta de acesso a veículos.

Como nos ensina Mário Quintana, "o que mata um jardim não é o abandono, é esse olhar de quem por ele passa indiferente". Assim, o lançamento do PAC terá repercussão muito maior que se imagina, num primeiro momento. Ribeirão das Neves, tão próxima da Capital do Estado, apresenta o menor IDH da Região Metropolitana, com 60% das suas ruas de terra e 50% das casas sem esgoto. A Região Metropolitana, em contrapartida, possui um PIB de cerca de R\$40.000.000.000,00, representando 40% da economia mineira, abrangendo um Município que carece de investimento em todos os níveis.

A administração municipal já assinou, com o Ministério das Cidades, convênio de R\$84.000.000,00, que serão destinados, na primeira parte do PAC, à pavimentação de ruas e avenidas, à implantação de rede de esgoto e abastecimento de água e à retirada das famílias de áreas de risco, com o assentamento dos moradores. Para este ano, está prevista a pavimentação de 115km de vias urbanas. São 13 os bairros beneficiados: Alicante, Barcelona, Jardim Colonial, Neviana, Nossa Senhora das Neves, Rosana, Rosaneves I e II, Santo Antônio, Santa Matilde, Savassi, São Luís, Sevilha e Vila Aparecida.

As obras previstas compreendem a implantação de redes coletoras de esgoto, abastecimento de água, drenagem pluvial - superficial e macrodrenagem -, pavimentação de vias públicas, avenidas e ruas, implantação de avenidas sanitárias e remoção e reassentamento das famílias, num processo de desfavelização e urbanização.

Foi fundamental o esforço do Executivo Municipal, por meio das audiências com o Ministério das Cidades, responsável pela implementação do PAC, como também o empenho de todo o secretariado, responsável pela elaboração dos projetos junto à Caixa Econômica, o que tornou possível a destinação desses R\$140.000.000,00.

Quero também, nesta oportunidade, agradecer ao Governador Aécio Neves, que, tendo como sua interlocutora a Sedru, foi um dos responsáveis em nos ajudar a colocar Ribeirão das Neves nesse grupo que recebeu os recursos do PAC. Nosso agradecimento ao Governador Aécio Neves e a todo o seu secretariado, que nos ajudou a implementar esses projetos.

Mudar o cenário não é fácil. Vencer os diversos obstáculos de uma comunidade sem recursos também não o é. Sem a colaboração das diversas esferas do poder, não podemos vislumbrar novos horizontes. Acreditar é primordial, e ter fé é a nossa segurança.

Parafraseando Henry Ford, "reunir-se é começo, permanecer juntos é progresso, e trabalhar juntos é sucesso". Queremos que essa parceria dos governos federal, estadual e municipal coloque Ribeirão das Neves na trilha do desenvolvimento humano, educacional e econômico, tão importante para seus habitantes.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Gostaria, Deputada Gláucia Brandão, apenas de registrar minha alegria ao ouvir o pronunciamento de V. Exa dessa tribuna, de alguma forma contabilizando e destacando os benefícios que a cidade de Ribeirão das Neves recebe graças a projetos em convênio com o governo federal, com apoio do governo do Estado. É fundamental que haja esse espírito de harmonia entre uma administração municipal e uma parlamentar com a competência de V. Exa., que chegou a esta Casa para um primeiro mandato, já trazendo em sua bagagem a vivência da dedicação ao próximo, a qual, com certeza, foi construída de diversas maneiras, até mesmo no âmbito familiar, ao lado do nosso saudoso e eterno amigo Eduardo Brandão, um dos grandes parlamentares mineiros. Hoje, tenho certeza, por meio do trabalho de V. Exa., ele vê essa luta por Ribeirão das Neves ter seqüência. Diante do exposto, quero apenas, em breves palavras, parabenizá-la.

V. Exa. tem conduzido, de maneira exemplar, a Comissão de Cultura desta Casa, pela qual tenho um carinho especial, já que fui seu

idealizador. Então, V. Exa. consegue conciliar o trabalho legislativo com a luta em prol de suas bases, especialmente do Município de Ribeirão das Neves, que é tão populoso e sofre com a má distribuição fiscal, pois tem uma enorme população, mas a arrecadação é pequena. Obviamente, esse Município precisa do apoio dos governos federal e estadual. Para que isso se materialize, é necessário haver uma representante à altura daquele povo, como V. Exa., que realiza aqui um trabalho brilhante. Faço, portanto, este registro. Não sou votado lá; logo, não estou fazendo nenhum proselitismo. Quero apenas dar meu testemunho do trabalho sério desempenhado por V. Exa., já que tenho acompanhado sua luta nesta Casa em prol do povo de Ribeirão das Neves, bem como em benefício de todos os mineiros, considerando-se a competência com que tem cumprido sua missão parlamentar nesta Casa. Obrigado.

A Deputada Gláucia Brandão - Deputado Domingos Sávio, agradeço-lhe e parabeno-o; agradeço ainda ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, a medalha recebida ontem na Câmara Municipal, em memória de José Aparecido de Oliveira, por ser um amigo do verde e uma pessoa que tem relevantes trabalhos realizados na área da arte, da cultura e do turismo. Deputado Domingos Sávio, agradeço-lhe as palavras e parabeno-o também pelo trabalho que vem realizando nesta Casa e junto às suas bases.

Hoje a comunidade de Ribeirão das Neves se enche de esperança, pois temos a oportunidade de iniciar uma nova jornada, que levará os nevenses ao caminho do desenvolvimento. É um ótimo começo para que, se Deus quiser, em breve possamos trilhar o efetivo caminho do desenvolvimento. Obrigada a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, tive a honra de participar ontem, dia 21, da solenidade de comemoração da Inconfidência Mineira, na cidade de Ouro Preto. Participei da solenidade de duas maneiras: fui homenageado, ou seja, recebi a Medalha de Honra da solenidade e também participei da festa cívica de Minas Gerais e do Brasil como cidadão, como faço há muitos anos. Durante o evento, alguns fatos chamaram-me a atenção, especialmente em virtude do seu conteúdo. Ao contrário do que destacou o grande mídia mineira e nacional, o eixo central contrapor-se à política de exploração da Coroa portuguesa sobre a colônia brasileira, especialmente com a alta tributação - a política da derrama -, que fez os Inconfidentes mineiros, tendo à frente Tiradentes, rebelarem-se contra a Coroa portuguesa levantando o Grito da Independência e da Liberdade. O Presidente José Alencar lembrava que, hoje, a grande opressão que se dá contra o povo brasileiro é a política monetária de altas taxas de juros. José Alencar dizia: "É um absurdo o aumento de meio ponto percentual na taxa básica de juros, autorizado na semana passada pelo Banco Central e pelo Comitê de Política Econômica - Copom". Alencar lembrava que a prática de juros altos é contrária aos interesses nacionais e promove verdadeiro seqüestro da esperança dos trabalhadores. Com esta, a taxa de juros - dizia Alencar -, o Brasil não é ainda a pátria com a qual Tiradentes sonhou, e, muito menos, pela qual ele morreu, foi esquartejado, carne e sangue marcado pelo sal. O País ainda tem graves dívidas sociais com o seu povo. O fato de o Brasil ter os juros mais altos do mundo faz o País distanciar-se do seu potencial de desenvolvimento, levando ao desemprego. Os juros têm de cair para padrão de mercado internacional. De acordo com o Vice-Presidente, o ideal, do ponto de vista nominal, seria o valor máximo de 5%. Hoje a taxa real está em 7,75%, e a taxa nominal passou de 11,25% para 11,75%, na contramão, aliás, da política econômica adotada aqui pelo Brasil, que valoriza o crescimento econômico, o investimento público em infra-estrutura e o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

A política adotada pelo Presidente Lula, e com a contribuição do Vice-Presidente José Alencar, é expressa naquilo que acabou de me anteceder a ilustre Deputada Gláucia Brandão, nos investimentos promovidos na cidade de Neves e na Vila São José, em Belo Horizonte e na cidade de Contagem. São quase R\$240.000.000,00 liberados pelo PAC, e só para a minha cidade de Contagem, para obras de infra-estrutura, de saneamento básico e para a conclusão da Via Expressa, no entorno da Cidade Industrial. Esse é o modelo que está em curso no Brasil hoje e que faz com que o nosso país não sinta as consequências da grave crise econômica que se abate sobre o mundo. Mas o Copom e o Banco Central, ao retomarem a política de crescimento da taxa de juros, coloca em risco o projeto em curso no Brasil. O Banco Central aumentou a taxa Selic de 11,25% para 11,75% ao ano, sob a alegação de que foi uma opção para reduzir o risco da inflação. José Alencar dizia: "Isso é um absurdo. Estamos fazendo uma transferência brutal de renda do trabalho para o sistema financeiro". A preocupação do Presidente José Alencar é com o fato de a maior despesa da União ser com juros. "A rubrica mais pesada do orçamento de despesa da União é a relativa aos juros com que rolamos nossas dívidas. Esses juros, do ponto de vista real, são seis vezes superiores à taxa básica média real do mundo". Esse foi o ponto alto daquele ato em Ouro Preto: chamar a atenção dos brasileiros e das brasileiras, dos mineiros e das mineiras, sobre a importância cívica de se combater a política monetária de aumento da taxa de juros.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, serei bastante objetivo. Quero unir-me a V. Exa. nesse raciocínio de que é preciso combater essa política monetarista da taxa de juros acima do razoável, voltando a posicionar o Brasil como o País com juro real mais alto do mundo, porque, à medida que diminuimos a inflação, esperamos que os juros diminuam, para serem compatíveis com a capacidade de investimento.

O que nos deixa atordoados, Deputado Carlin, é essa situação de paradoxo vivida no Brasil. Em alguns momentos, por uma questão que me parece óbvia e estratégica, o governo não deixa para a Oposição sequer a possibilidade de fazer oposição. É o governo mais inusitado que já vi. O Presidente Lula fica duas horas reunido com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, decide o aumento dos juros e depois reclama. Ele decide, diz que pode aumentar os juros, e o seu Vice-Presidente diz que está errado, que os juros estão altos. Ora, é preciso sair desse enredo que acaba nos deixando atordoados. O governo tem a responsabilidade de governar e de, no mínimo, assumir a responsabilidade daquilo que faz. Não é justo com os brasileiros, e muito menos com a Oposição, tomar uma atitude que prejudica o cidadão comum, em efeito-cascata, e a economia brasileira, de forma evidente, e a todos que querem produzir, gerar emprego e crescer, porque aumenta os juros. Depois, ele vem a público condenar uma decisão tomada por ele próprio. Ora, Deputado Carlin, é preciso que o governo saia desse sofisma. Se o governo do Presidente Lula e do José Alencar, que era o Presidente em exercício, quer juros menores, que não autorize o Presidente do Banco Central, que tem "status" de Ministro, a aumentar a Taxa Selic, como fez. Deixo esta contribuição porque o raciocínio de V. Exa. está correto. Não é justo continuar aumentando os juros. Ganham as grandes instituições financeiras, como o Bradesco, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Itaú, que têm tido lucros absurdos de bilhões de reais - como o Presidente gosta de falar, como nunca aconteceu na história deste Brasil. Nem no governo dos neoliberais os banqueiros ganharam tanto dinheiro. Agora, estão ganhando muito, o Presidente autoriza o aumento dos juros e no dia seguinte não deixa sequer a Oposição reclamar. Ele mesmo reclama da decisão autorizada em reunião fechada com o Presidente do Banco Central. Obrigado pelo aparte, Deputado.

O Deputado Carlin Moura* - Ilustre Deputado Domingos Sávio, só posso entender a intervenção de V. Exa. como fruto dos bons ares da aproximação do seu partido, o PSDB, com o PT. Talvez V. Exa. esteja fazendo uma autocrítica em público ao modelo de gestão da política econômica que dá autonomia ao Banco Central para definir a política econômica. Quem sabe o PSDB faz essa autocrítica, e esse modelo tão perverso adotado na época pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso possa realmente ser mudado e a política econômica possa ser definida pelos agentes políticos deste país. Sem dúvida alguma, nobre Deputado Domingos Sávio, esse seria um grande avanço. Concordo plenamente com a autocrítica que V. Exa. fez do microfone, ao apartear-me. Quero chamar atenção sobre a brilhante intervenção do nosso Prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswald, que salientava a importância que os mineiros têm hoje ao enfrentar os grandes monopólios e oligopólios das mineradoras deste Estado, que deixam para os Municípios somente barracos e destruição ambiental. Isso vem num momento muito oportuno, porque, quando estávamos em Ouro Preto fazendo a festa da Inconfidência, a Serra da Moeda era ocupada por 2 mil, 3 mil pessoas, jovens, crianças, ecologistas e moradores da região da Serra da Moeda em Brumadinho, na defesa do patrimônio ecológico dessa serra que pertence ao complexo do Espinhaço, na defesa, inclusive, de agilização da votação da Emenda Constitucional nº 16/2007, que transforma a Serra da Moeda em patrimônio do Estado de Minas Gerais. Isso é importante, principalmente hoje, quando esta Assembléia inaugura e inicia o ciclo de debate do seminário "Minas das Minas". Precisamos, sem dúvida nenhuma, enfrentar o poderio econômico das mineradoras em Minas Gerais, que

destruam o nosso patrimônio e pouco deixam para o povo brasileiro.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Carlin Moura, no dia de ontem, acompanhado da sua ilustre colega de partido Jô Moraes e de outros Deputados, inclusive do Deputado José Fernando, Presidente do nosso partido, do PV, em Minas Gerais, participamos de um movimento na serra, com mais de 2.500 pessoas, para fazer exatamente isso que V. Exa. está pregando, que é montar uma verdadeira trincheira para que isso não ocorra, ao contrário do que dizia Tancredo Neves de que ninguém nivelará as montanhas de Minas. Se continuar essa destruição por meio da voracidade das mineradoras, teremos as montanhas niveladas, ao contrário do que dizia Tancredo Neves. Portanto, juntamente com outros ilustres Deputados, como a Deputada Jô Moraes, estamos travando essa batalha e abraçando essa bandeira de preservação de pontos mínimos de Minas Gerais, porque aqui há muito o que minar e existem muitas áreas para isso, mas não podemos permitir que, de forma indiscriminada, essas empresas ataquem o nosso patrimônio e agridam o meio ambiente, não deixando praticamente nada para os cofres públicos. Estão vendendo as nossas montanhas e destruindo as nossas estradas com caminhões pesados, que não estariam trafegando em qualquer outro lugar do mundo, mas que aqui, em Minas Gerais, estão destruindo as estradas e as montanhas, sem pagar "royalty". Essa é a nossa bandeira de preservar o meio ambiente em nosso Estado. Agradeço a V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Parabenizo o ilustre Deputado Délio Malheiros pela brilhante e firme posição em defesa do nosso patrimônio ambiental e ecológico, e também pela presença de V. Exa. nesse importante ato de que participou.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, após a participação de ato oficial no palanque, dizendo que a melhor parte foi ir ao encontro do povo de Ouro Preto, nas ruas e nas ladeiras de Ouro Preto, para um almoço, e que lá me encontrei com um senhor de idade que conhece muito da política de Minas. Esse senhor me dizia que Minas já teve grandes homens na política, especialmente na Vice-Presidência da República, lembrando os três últimos, os Srs. Aureliano Chaves de Mendonça, Itamar Franco e José Alencar. Dizia ainda que esses grandes homens têm condição de representar Minas Gerais na Presidência da República e que melhor que o terceiro mandato do Presidente Lula é dar continuidade ao projeto que está em curso no Brasil, tendo à frente um mineiro da estatura de José Alencar, do Ministro Patrus Ananias, ou da estatura da Ministra Dilma Rousseff. Ele dizia ainda que o terceiro mandato de Lula passa por José Alencar, por Patrus Ananias e por Dilma Rousseff. Esse grande ouro-pretano tem como sempre a grande sabedoria e a inteligência do povo de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, realmente, as palavras do Deputado Carlin Moura me comovem, em razão da minha ligação histórica com o setor minerário, e não só porque exerci a função de Secretário Adjunto de Recursos Minerais, de Minas, mas também porque já presidi a Câmara de Mineração do Estado.

Em passado longínquo, com o Eng. Gil César Moreira de Abreu, então Secretário de Estado de Minas e Energia, levantamos a questão da criação do Fundo Nacional de Exaustão Mineral, e conseguimos criá-lo em nível nacional, com o prestígio que, naquela época, Minas Gerais tinha junto ao Congresso. E, lamentavelmente, hoje assistimos a essa luta quase insana do Deputado José Fernando para que possamos ter um "royalty" na mineração que seja pelo menos metade do que se paga pelo petróleo.

Gostaria de aproveitar para ler uma notícia estampada nos jornais de ontem, que diz: "Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de amanhã projeto do Deputado que tenta deixar expressa a responsabilidade de quem ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerárias, com má-fé, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política". Vou repetir, porque se trata de texto que já estava inserido no Projeto de Lei Complementar nº 17, discutido por esta Assembléia no ano passado, quando mostrávamos que havia necessidade de um certo controle nos exageros de alguns membros do Ministério Público. O texto do projeto que está sendo analisado hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal diz exatamente o seguinte, e os interessados no assunto que prestem atenção. (- Lê:)

"Projeto tenta deixar expressa a responsabilidade de quem ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerárias, com má-fé, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política. O objetivo é claro: reduzir o espectro de ação do Ministério Público contra os agentes políticos. Dois relatores que já analisaram o projeto deram parecer pela aprovação não só nos aspectos constitucionais, mas também no mérito. O primeiro, Régis de Oliveira, do PSC de São Paulo, louvou o comportamento nobre dos Promotores e Procuradores no exercício das atribuições legais, mas advertiu: 'O que daí extravasar deve ser reprimido'. O segundo relator, Francisco Tenório, do PMN de Alagoas, quer dotar a regra de emendas, colocando punições como a feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público ao Procurador Luiz Francisco de Souza, acusado de prática incompatível com o cargo. Diz ele: 'Ainda que meritória a decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, há que se sistematizar e positivar tais comportamentos como criminosos'.

Veja, Sr. Presidente, que não só Minas Gerais tenta colocar um freio nos excessos desse órgão, que respeitamos e consideramos importante, mas precisa ser bem conduzido. Há nesta Casa um projeto que discute a distribuição das custas judiciais, entregando 50% para o Tribunal de Justiça e 50% para o Ministério Público. É bom alertar os nobres Deputados para o fato de que o projeto que aqui chegou deixa de lado a Defensoria Pública. E não é possível que possamos outorgar esses recursos apenas ao Ministério Público e não dividi-los com a Defensoria Pública, que é um órgão muito importante na defesa dos mais pobres. Eles estão recebendo atenção maior hoje, em virtude da melhoria salarial e do aumento do número de Defensores no Estado. Certamente devemos lutar para que esse número aumente e para que a melhoria salarial envolva os servidores da Defensoria Pública.

É importante ressaltar que a Câmara dos Deputados já está votando hoje na Comissão de Constituição e Justiça aquilo que votamos nesta Casa no ano passado, o Projeto de Lei Complementar nº 17. Um dos aspectos mais importantes dele está sendo votado hoje pela Câmara dos Deputados em Brasília.

O segundo ponto de que quero tratar, Sr. Presidente, é a atenção que algumas Lideranças e homens do governo não dão a determinados assuntos que são muito importantes. Estamos encerrando o abril vermelho, quando dezenas e dezenas de invasões foram praticadas pelo MST no Brasil: invasões a prédios de bancos, prédios públicos e a fazendas, algumas pela terceira ou pela quarta vez. Mas até hoje não temos uma política de reforma agrária realmente importante. O governo Lula, que defendi e em que votei, prometeu acelerar a reforma agrária, mas não o fez, e os números apresentados são questionáveis.

Desde que aqui chegamos, temos feito aos órgãos de representação do setor - fui ao Secretário de Estado Especial para Reforma Agrária, Manoel Costa; conversei com Marcos Helênio, do Inbra, e com Rogério Correia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - a proposta de que os recursos destinados ao Estado de Minas Gerais para o crédito fundiário sejam motivo de apreciação, para que se possa municipalizar a reforma agrária. A idéia é que a reforma agrária seja realizada em cada Município, para que ela de fato aconteça, para que não fiquemos fingindo que queremos fazer a reforma agrária, como tem ocorrido há governos e mais governos. A culpa não é só do governo Lula, todos eles falam em reforma agrária apenas como bandeira de campanha eleitoral, mas não querem efetivá-la. O único exemplo de tentativa de acertar foi quando o governo criou o Banco da Terra, pelo qual possibilitou que associações microrregionais realizassem assentamentos rurais em suas regiões.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, não para criticar este ou aquele governo, mas para mostrar que no Brasil o que é óbvio, tranquilo e fácil de ser feito nunca é feito; para mostrar que é preciso haver uma indústria paralela para a sustentação de algumas idéias, como acontece com o

dinheiro das ONGs para a sustentação do MST: é fantástico o volume de dinheiro que o Brasil joga nas ONGs para sustentar a caminhada do MST pelo País afora, mas não se coloca o dinheiro necessário para se fazer a reforma agrária, que é o que precisa ser feito. Temos vários exemplos disso. Em minha cidade, em 2002, com recursos de R\$500.000,00 para cada um, fizemos seis assentamentos em um ano. Ou seja, é possível que cada Prefeitura faça um, dois ou três assentamentos por ano; assim, num prazo curto e com muito menos dinheiro do que se gasta na reforma agrária no Brasil, poderíamos assentar os produtores rurais. Isso faria com que deixasse de existir um fenômeno político interessante que se verifica no MST: quando paramos em um assentamento na beira da estrada - como o que há perto de Frei Inocêncio, próximo a Valadares, onde paro de vez em quando -, encontramos ferreiros, bombeiros, eletricitas e cabeleireiras participando do movimento, subsidiados por recursos públicos das entidades que sustentam o MST.

O que me preocupa, Sr. Presidente, não é a situação deste governo, mas o fato de que historicamente as pessoas não querem conversar a sério sobre a solução de alguns problemas. Várias vezes falei sobre a municipalização da reforma agrária neste Plenário. Na reunião que fizemos na semana passada, por exemplo, falei amplamente sobre esse assunto, mas a própria TV Assembléia, em sua cobertura da reunião, não tocou em nem uma linha desse assunto. As pessoas não querem resolver o problema dos homens que não têm terra, das famílias que precisam de terra. Ninguém quer resolver nada; as pessoas querem apenas arranjar uma bandeira política, sustentá-la mantendo esse pessoal desesperado, manipulado e manietado por grupos políticos eternamente - até agora, por um partido político; amanhã, por outro partido ou por grupos de políticos. É isso, Sr. Presidente, que me entristece: ver o Brasil caminhando de forma quase normal em sua jovem e tenra democracia, com as pessoas preocupando-se apenas em usufruir politicamente os problemas, em vez de buscar sua efetiva solução. Entendo, Sr. Presidente, que esta Casa, o Parlamento de Minas Gerais, deve ser a representação do sentimento de cada um dos cidadãos; mas, sobretudo, devemos ter a ousadia de propor soluções efetivas, ainda que não ocorram agora. Não sou homem de pensar apenas no hoje ou no resultado imediato de uma ação minha. Se não fosse assim, não estaria lutando pela Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Ottoni há 20 anos nem pela estrada de ferro Bahia-Minas, ligando Caravelas, na Bahia, até Araçuaí, desde o ano de 2003. Não me proporia a falar no pólo florestal, no pólo de granito, no pólo de gusa da região Nordeste do Estado de Minas Gerais. Não haveria sentido em falar, se, como representante do povo, não tivesse a obrigação de perscrutar o futuro, de tentar estabelecer comportamentos na direção correta, o que de fato pode resolver os problemas. O aspecto que abordo em relação à reforma agrária é que, até hoje - estou há quase 30 anos na vida pública -, não vi um governo, nem o governo Lula, interessado em de fato resolver o problema da reforma agrária, do assentamento, da reformulação da estrutura agrária, do efetivo apoio, a não ser o Pronaf, que nasceu no governo Fernando Henrique e foi ampliado no governo Lula; a não ser as ações do Pronaf de proteção à agricultura familiar. Até o momento, vimos apenas a exploração sistemática do Movimento dos Sem-Terras. Os seus dirigentes não estão preocupados, porque têm seus salários, suas ONGs para sustentá-los. Manterão o Movimento eternamente, porque vivem disso, é a profissão deles. E nós, brasileiros comuns que queremos soluções, não vemos que ela é tão fácil. Fácil, fácil de fazer. Estou dizendo isso, porque fiz seis assentamentos em um ano. É fácil fazer, basta que as pessoas comecem a pensar como operacionalizar. Meu Deus, precisamos entender que governar não pode ser tão complicado como falam. Governar não é tão difícil como dizem: basta ouvir a população, entender o sentimento do povo e fazer exatamente o que ele deseja.

Conversem sobre esse assunto com qualquer pessoa. Está aqui o meu amigo Fábio Avelar. Estamos com um pepino de todo tamanho na Copanor, subsidiária da Copasa. São obras para serem iniciadas em 600 localidades do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Mas precisamos de licença ambiental para tirar rede de esgoto do meio da rua. É um absurdo ser necessária a licença ambiental para fazer rede de esgoto, para tirar cocô do meio da rua, para tirar doença do meio da rua. É um absurdo o que se comete neste país. Coisas singelas, que podem ser resolvidas, não o são. Sr. Presidente, isso nos traz uma certa indignação. A vida pública traz muitas benesses e alegrias, mas muitas vezes nos traz muita frustração.

Na nossa terra, estamos frustrados. Estamos com um problema sério de administração, que precisamos resolver. Estamos tentando fazer composição partidária para ver se minha terra não sofre tanto como sofreu nos últimos três anos e três meses. E continuaremos tentando, Sr. Presidente, abrindo mão de prestígio, de posição, para ver se conseguimos nos entender.

O Brasil precisa começar a discutir suas coisas. Sou oriundo do movimento estudantil, de quando discutíamos na escola. Sr. Presidente, ficamos aqui discutindo certos assuntos, e as pessoas perguntam-nos por que discuti-los. Lembro-me de que, quando fui para o clube de oratória, com 13 anos, o primeiro assunto que me deram para discutir foram as tarifas alfandegárias no Mercado Comum Europeu. Com 13 anos! Se perguntarem sobre isso para 90% dos universitários do Brasil, ninguém saberá falar sobre o sistema tarifário existente na relação do Mercado Comum Europeu. Preocupa-me a falta de discussão de assuntos profundos neste país. É preciso haver um instante, um momento em que as pessoas discutam as coisas mais profundas. E preciso mostrar que muitas coisas não são feitas porque nós, os políticos, não queremos fazê-las.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, no último dia 17 de abril, a Comissão de Participação Popular desta Casa teve a oportunidade de visitar algumas unidades de acolhimento de adolescentes que cometem atos infracionais. Estivemos acompanhados, juntamente com o Deputado João Leite, de Conselheiros Tutelares e de representantes de entidades da sociedade civil, no Centro de Internação Provisória Dom Bosco - Ceip -, bem como na Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente - Dopcad -, situada à Rua Conselheiro Lafaiete, no Bairro Sagrada Família. Estivemos também em contato com representantes do governo do Estado e com o Sr. Ronaldo Pedron, Superintendente e Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas, e sua equipe.

Sr. Presidente, particularmente queria fazer um relato quanto à visita realizada no Ceip. Nos últimos meses, Minas Gerais viveu acontecimentos graves relacionados à superlotação em algumas cadeias, com a ocorrência de incêndios seguidos de morte, o que consternou a opinião pública, as entidades representativas de direitos humanos e os cidadãos e cidadãs que defendem a vida em toda a situação.

É muito comum um ditado popular, que sempre é lembrado em situações de ocorrências negativas e que afligem as pessoas e o interesse público: muitas vezes os poderes públicos põem a tranca depois de a porta ter sido arrombada.

Portanto, Sr. Presidente, de maneira serena e ponderada, queria alertar, com antecedência, as autoridades públicas e a imprensa mineira sobre uma grave situação hoje instalada no Ceip, situado na Avenida dos Andradas, nas imediações do Bairro Santa Tereza, local destinado a acolher adolescente por até, no máximo, 45 dias, enquanto o Juizado aplica medidas socioeducativas. O adolescente terá de cumprir as respectivas medidas, seja de internação, de semiliberdade, de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade.

Quero fazer um registro positivo. Eu e o Deputado João Leite fomos muito bem recebidos pela equipe que lá trabalha, pelo Subsecretário Ronaldo Pedron, pessoa muito séria e correta, que abriu todos os dados, todas as informações e dependências do centro de internação. Todavia, o que vimos foi preocupante. Deputado Carlin Moura, a capacidade de acolhimento é de 67 adolescentes. No dia da nossa visita, havia aproximadamente 140. Repito: 140 adolescentes recolhidos. Foi-nos relatado que, em situações de pico, aquele local já recebeu 220. Repito: 220 adolescentes. Muitos deles estão naquele local há mais de 100 dias. Portanto, por mais que o dobro do tempo previsto pela lei. Eles se encontram em situações que, no mínimo, não condizem com a dignidade de nenhum ser humano, em locais insalubres e claramente superlotados. O número de adolescentes em excesso impede qualquer execução de projeto pedagógico consistente. Eles ficam, no máximo, 30 minutos fora das celas. Há a ausência de atividades esportivas mais duradouras ou de qualquer outro tipo de oficina que possa apontar para um processo de reintegração social. O clima é pesado e põe em risco a saúde e mesmo a preservação das condições de trabalho para os trabalhadores daquele local e também dos próprios adolescentes ali instalados.

Então, Sr. Presidente, queria dizer que é preciso uma ação muito rápida do governo do Estado. Nós, que somos militantes da área da criança e do adolescente, sabemos que a situação do Ceip Dom Bosco reflete fragilidades no sistema de segurança pública e de cumprimento das medidas socioeducativas. Não se trata aqui de defender nenhuma solução simplista como: "abra-se outro Ceip, outro centro de internação".

Isso é necessário, sim, mas precisamos de uma visão mais global do processo. Não vou nem falar das medidas de proteção social, de apoio à família, de apoio ao jovem, das ações complementares que o Presidente Lula já faz hoje com suas políticas públicas sociais, vou ater-me ao conjunto dos órgãos que atuam no sistema de cumprimento das medidas socioeducativas. Muitas vezes a superlotação do Ceip, que poderíamos considerar a porta de entrada do sistema de medida socioeducativa, reflete algumas omissões e lacunas. Uma muito clara é a que reflete que é preciso uma rede de acolhimento para cumprir as medidas socioeducativas. Então, é preciso haver medidas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação. Se não se têm vagas suficientes para internação, fica-se com aquele adolescente no Ceip por 50, 60, 100 até 120 dias, ele fica recolhido ali. Isso por uma ausência de vaga de internação. Às vezes a internação é a medida mais drástica. Talvez uma boa medida de liberdade assistida seja até mais eficaz e condizente com o ato infracional cometido, e muitas vezes os próprios Municípios não desenvolvem essas medidas em meio aberto, muitas vezes a própria medida de prestação de serviços à comunidade.

Quero comentar uma denúncia grave - não podemos comprovar, mas, no mínimo, temos a responsabilidade de levantá-la. Naquela visita, foi-nos dito que adolescentes podem estar no Ceip cometendo ou tentando cometer infrações mais graves, como homicídio, para acelerar o processo de saída de lá para o cumprimento de medida de internação. Muitos jovens nos relataram que não suportam mais ficar ali e não são levados ao cumprimento da medida de internação. Outra situação grave: até hoje não temos o chamado plantão interinstitucional, que é a materialização de uma abordagem integrada da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Juizado da Infância e dos Poderes Executivos Estadual e Municipal. Trata-se de uma adequada abordagem daquele jovem que comete ato infracional para que, de forma ágil, seja aplicada a medida socioeducativa. Ao me referir à adequada medida socioeducativa, quer dizer que, se não houver ampla defesa e um Juiz experiente, com trabalho na área, para fazer melhor juízo, uma infração leve pode levar a uma medida mais drástica. Muitas vezes um jovem pode estar cumprindo inadequadamente uma medida socioeducativa, estrangulando o sistema, pressionando-o, quando poderia estar com sua família, na escola, prestando serviço à comunidade. Sabemos que a situação não é simples. Não adianta virmos à tribuna fazer um discurso denunciante, faz-se necessária uma abordagem sistêmica que passe pelas políticas de prevenção social de apoio às famílias e à educação e por um adequado e integrado funcionamento dos outros níveis públicos - juizado, Promotoria, Defensoria, Poder Executivo -, com interlocução com os Conselhos Tutelares e de direitos, mas que passe também por ações emergenciais. O que vimos lá pode significar muito. Repito desta tribuna até para que, depois que ocorrerem rebeliões, motins, assassinatos, fugas, depredações, não venham dizer que os poderes públicos foram omissos. A Assembléia, por meio da Comissão de Participação Popular e da Frente Parlamentar em Defesa da Criança, alerta a imprensa de Minas Gerais, os Deputados e as Deputadas e o governo do Estado: a situação do Ceip Dom Bosco é grave, precisa de intervenções emergenciais e sistêmicas para que os trabalhadores tenham seus direitos preservados e os jovens tenham, de acordo com o que preconiza a lei, condições de pagar, com as medidas aplicadas, pelos atos infracionais cometidos, mas que façam isso dentro dos padrões de dignidade e respeito. Ali é a porta de entrada. Não podemos generalizar o sistema só pelo Ceip. Foi-nos dito que esse Centro e as demais unidades têm condições mais adequadas.

Concluindo, Sr. Presidente, fica aqui o alerta: precisamos de medidas estruturais e de medidas emergenciais que competem primordialmente ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Fica o alerta, a denúncia e a disposição da Assembléia em contribuir naquilo que for necessário, como já vem contribuindo por meio de emendas populares, audiências públicas e ação de todas as suas comissões permanentes. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Quero cumprimentar a Mesa, Minas Gerais, a imprensa, todos os que nos acompanham pela TV Assembléia, nossas Deputadas e nossos Deputados. Quero trazer dois assuntos. Aliás, um deles já anteriormente discutido pela Deputada Gláucia Brandão, que foi sobre a visita do Presidente Lula a Minas Gerais, em Belo Horizonte, em Ribeirão das Neves. Tivemos oportunidade de participar com o Presidente, aqui em Belo Horizonte, junto a vários Deputados Estaduais, a vários Ministros, Márcio Fortes e Luiz Dulci e a Ministra Dilma Rousseff, ao Prefeito Fernando Pimentel, e ir à inauguração das obras da Vila São José e conhecer de perto o trabalho e as realizações que lá estão sendo feitas com recursos do PAC, também recursos de contrapartida da administração democrática popular de Belo Horizonte, sob a liderança do Prefeito Fernando Pimentel. Tivemos oportunidade de ver muito de perto a revitalização, a reurbanização de um bairro, tornando-se uma estrutura para que a maioria das pessoas tenha dignidade e, principalmente, moradia digna, com abertura de novas ruas, pinturas das moradias, construção de novas moradias e tratamento da rede de esgotos. Ou seja, uma nova infra-estrutura para que ali tenhamos efetivamente um bairro residencial onde todos tenham direito a morar, tenham principalmente a garantia da segurança pública e oportunidades iguais para nossa juventude e para as nossas famílias.

Esses recursos, especialmente os do PAC, estão sendo discutidos, aprovados e implementados nas regiões metropolitanas e nas cidades de Minas Gerais. Também em Ribeirão das Neves, com a presença de vários Deputados, o Município receberá aproximadamente R\$140.000.000,00, que certamente vão mudar a história do Município e contribuir para que haja dignidade também nas obras de infra-estrutura.

Registro também que, além de todas as cidades, as cidades de Governador Valadares, Teófilo Otôni, Mantena, Itabira e outras da Região Metropolitana também estão recebendo recursos do PAC, principalmente recursos na área de infra-estrutura, de moradia e de saneamento ambiental. Como Ribeirão das Neves, também Governador Valadares está recebendo cerca de R\$140.000.000,00, para projetos de urbanização da maioria dos bairros mais carentes da cidade. Assim também será nos demais Municípios, priorizando-se efetivamente a população que mais precisa dos recursos e das políticas públicas, invertendo prioridades e priorizando a participação popular na condução republicana dessa forma inovadora de fazer política.

Queremos parabenizar o Presidente Lula pelos recursos federais que tem trazido a Minas Gerais, e também a toda a sua equipe, principalmente nossa Ministra Dilma Rousseff, pelo zelo, pelo cuidado e, principalmente, pela forma como tem acompanhado os resultados da implantação do PAC em todo o Brasil, em especial Minas Gerais. Essa é uma conquista para Minas, para todos os Municípios que hoje recebem o recurso, mas principalmente para o povo e para a população que mais precisa de políticas públicas.

Quero aproveitar para abordar outro tema desta tribuna. Chegou ao nosso gabinete um "e-mail" do Sindicato dos Eletricistas, dos trabalhadores da Cemig, trazendo-nos uma denúncia. Houve paralisação dos trabalhadores no período das negociações salariais. Agora estamos assistindo a ataques à organização sindical e principalmente punições aos trabalhadores da Cemig. Queremos registrar aqui, por meio do Coordenador-Geral do Sindieletrô, Willian Vagner Moreira, que nos enviou, como também a todos os Deputados e Deputadas, essa denúncia de que 13 trabalhadores foram punidos com 15 dias de suspensão por terem se recusado a atender a uma convocação irregular da empresa para retornarem ao trabalho em dia de paralisação. Tal suspensão está sendo questionada na Justiça, e todos os casos julgados até agora foram favoráveis ao Sindieletrô.

Outros sete Supervisores perderam o cargo sob a alegação de quebra de confiança, ou seja, participar da paralisação significa não ter mais a confiança do chefe.

Queremos registrar essa denúncia, solicitando, especialmente à direção da Cemig, ao Presidente Djalma Moraes, ao Diretor de Gestão Marco Antônio que possam efetivamente pensar sobre esse tema, refletir sobre a situação de todos os sindicalistas, cuidando para que não seja mais necessário ocorrerem as punições no sistema democrático.

Assistimos, há alguns dias, a uma vitória do povo de Minas Gerais, quando da redução da tarifa da energia elétrica em 17,11%. Trata-se do fruto da luta de muitos Deputados, liderados especialmente pelo Deputado Weliton Prado, que, junto à Aneel, às empresas de Minas e a universidades, conseguiu demonstrar que Minas Gerais poderia ter eletricidade mais barata para toda a população.

Então, se por um lado assistimos a uma vitória da povo de Minas Gerais, com a redução da tarifa de energia elétrica em 17,11%, por outro lado, não podemos aceitar que a Cemig venha punir seus servidores e trabalhadores, tirando deles, por intermédio de seus salários, de suas conquistas, a redução da tarifa.

Quero registrar aqui a nossa solidariedade a todos os servidores da Cemig, a todos os trabalhadores, ao Sindieleto, pela sua luta, pela dignidade, pela coragem de manterem os direitos não somente dos trabalhadores de hoje da Cemig, mas dos trabalhadores que virão para a empresa por meio de concurso público, numa luta corajosa do sindicato, dos dirigentes do Sindieleto e, principalmente, uma luta solidária de todos os trabalhadores da Cemig e da classe trabalhadora de Minas Gerais. Queremos pedir à direção da Cemig que reveja sua posição e que os trabalhadores punidos voltem ao trabalho, garantam seus direitos, seus salários e principalmente sua dignidade.

Registramos aqui, então, essa a denúncia da Bancada do PT. O objetivo é fazer com que a Cemig reconsidere o posicionamento, evitando principalmente a terceirização, que já perdeu na Justiça, e a precarização dos serviços no Estado de Minas Gerais.

Registramos também a iniciativa da nossa bancada de solicitar à Cemig que garanta o Luz para Todos em Minas Gerais, não somente as 25 mil ligações, mas que atenda à demanda. Há o acordo de 55 mil ligações, grande parte necessária aos trabalhadores rurais deste Estado, mas há, repito, uma demanda de 90 mil. Trata-se da necessidade de inclusão social de todos os trabalhadores rurais de Minas Gerais. Quando discutimos a Cemig, estamos também debatendo a garantia de trabalho e de direitos sociais aos trabalhadores da Cemig, o direito do consumidor de ter uma energia mais barata, por meio de uma redução de 17,11%, e, principalmente, a tarefa da Cemig, por intermédio do governo federal, no programa Luz para Todos, de fazer chegar a todos os moradores de Minas Gerais, às comunidades rurais, quilombolas e indígenas e aos assentamentos rurais a instalação da luz elétrica, a fim de trazer dignidade, inclusão social, renda, enfim, direitos a todos os que estão no campo e que precisam de políticas públicas para escolherem permanecer nele. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, considerando-se a importância do assunto, retorno à tribuna, até para falar também dos desdobramentos da situação em que se encontra o Ceip Dom Bosco, motivo de preocupação e de alerta.

Acabamos de ouvir o relato feito pelo Deputado Almir Paraca. A Assembléia alertava para a situação precária em que se encontrava uma ponte, cobrava providências de um órgão público, mas este não tomou providências. Ao passar um veículo, a ponte caiu e, como resultado, quatro pessoas ficaram em estado grave de saúde. Como costumamos dizer, coloca-se a tranca depois que a porta foi arrombada. Todavia, o Deputado Almir Paraca fez sua parte, solicitou providências.

Então, a primeira parte do nosso pronunciamento destina-se a dar publicidade à situação do Ceip. Repito: há 140 adolescentes em um local que tem capacidade para apenas 67. Por causa, muitas vezes, da superlotação, não há atividades pedagógicas. Além disso, nota-se um clima de revolta, tensão. O espaço não oferece adequadas condições de trabalho aos seus servidores nem de acolhimento dos adolescentes. Ressalte-se o empenho da equipe e do próprio Subsecretário, Sr. Ronaldo Pedron. A situação expressa lacunas e omissões no sistema socioeducativo.

Vamos à segunda parte: o que fazer? É importante dispormos de um fluxo para o cumprimento de medidas socioeducativas. Não adianta aplicar a medida socioeducativa de internação se não há local adequado para o jovem cumpri-la. Nesse caso, ele fica retido no Ceip, onde permanece por até 110 ou 120 dias. Ou seja, o Ceip, que é um espaço de internação provisória, passa a ser um espaço de internação permanente, sem que haja condições adequadas para tal. É preciso descentralizar as unidades de internação. Para tanto, o Estado tem feito um esforço, mas é preciso agilizar essa efetivação do sistema descentralizado.

É importante que outras medidas socioeducativas sejam aplicadas, como a semiliberdade, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Muitas vezes, o jovem que retorna para o CIP retorna porque não teve uma audiência no Juizado, não pela gravidade da infração cometida, mas pela ausência de cumprimento de alguns requisitos da própria Justiça. Ele volta para o sistema e fica novamente recolhido, durante um tempo muito superior, entrando em contato com jovens que cometeram delitos muito mais graves. No CIP, pode haver, infelizmente, um jovem altamente vinculado ao tráfico, que já cometeu homicídio, ao lado de um jovem que brigou na escola ou que cometeu um pequeno furto. Estão lá, no mesmo espaço superlotado, e há dificuldade de diferenciação de atendimento porque o espaço é superlotado. O espaço superlotado dificulta essa separação, seja por compleição física, seja por tipo de infração cometida.

Acredito, e foi dito pelo Subsecretário Ronaldo Pedron, que as novas instalações comportarão espaços que permitirão essa diferenciação. Agora, é importante, para que o fluxo seja adequado, haver mais vagas de internação e mais oportunidades de cumprimento da medida de semiliberdade e de liberdade assistida. É importante agilidade na aplicação dessa medida. É importante que o jovem tenha direito de defesa, que o processo seja bem instruído e que a decisão seja bem tomada, para que as medidas correspondam ao nível de gravidade da infração cometida.

Por isso volto a esta tribuna para cobrar a efetivação do plantão interinstitucional. É inacreditável, Sr. Presidente. Lembro-me de ter participado de reuniões com órgãos públicos, como militante da área da criança, como assistente social e como assessor parlamentar, no ano de 1991, e 17 anos depois ainda estamos discutindo a efetivação do plantão interinstitucional, que nada mais é do que a possibilidade de funcionamento, 24 horas, de uma estrutura que tenha a presença da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Juizado, do Poder Executivo e do Sistema de Defesa Social, para que o jovem que cometa o ato infracional seja recolhido, julgado, tenha o direito de defesa e responda pelo que fez, mas que cumpra a penalidade em situação adequada e com possibilidade de recuperação, de reintegração.

Não queremos que a omissão histórica ou a lentidão, para não dizer omissão, resultem em uma incompreensão da lei existente, do Estatuto da Criança e do Adolescente; que as pessoas equivocadamente atribuam a reincidência à impunidade e à legislação existente, pois isso é um equívoco. A legislação prevê as medidas socioeducativas, mas prevê que as medidas socioeducativas sejam efetivadas e não que fiquem apenas no papel.

É muito triste, Sr. Presidente, ver adolescentes de 13 anos com outros adolescentes maiores, de 17 anos, que, infelizmente, estão enfiados na rede do tráfico. Imaginem que perspectiva de vida tem um adolescente de 13 anos!

Sr. Presidente, queria fazer esse alerta de modo até redundante, senão cansativo, porque não queremos outro episódio como o de Ponte Nova, por exemplo. O que queremos é que esses jovens, de acordo com o previsto em lei, sejam julgados, sim, e que as medidas sejam aplicadas. A sociedade precisa de segurança. Não é adequado nem justo um jovem cometer um ato infracional e ficar impune, colocar em risco a vida de um idoso, cometer atos de furto e roubo contra pessoas indefesas. Por isso ele precisa ser penalizado, mas ficando num Centro de Internação Provisória, como está hoje... Esse não é o espaço da ressocialização. Pode ser o espaço da pós-graduação em marginalidade. E isso não se deve à falta de empenho da equipe, porque a do Ceip é muito empenhada; não se deve à negligência ou omissão do Subsecretário da área, Ronaldo Pedron, pessoa dedicada e competente; não se deve aos avanços que alguns espaços podem ter obtido, como certos centros de internação recém-inaugurados. É legítimo e forçoso reconhecer que alguns deles têm projeto arquitetônico adequado e um projeto pedagógico mais avançado. Mas ainda é pouco, diante da necessidade.

Conseguimos aprovar no PPAG, na lei orçamentária para 2008, recursos para a implantação de um novo Ceip na região metropolitana de forma a promover o funcionamento de um novo centro de internação e expandir parcerias com os Municípios, com o objetivo de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Portanto, estamos aqui, na Assembléia, acolhendo as boas propostas ou aperfeiçoando e avançando com as que foram encaminhadas. É preciso agilidade, é preciso sentimento de urgência, é preciso enfrentar aquela situação com determinação. Seria importante se os governantes maiores pudessem, sem alarde, longe de holofotes e de elogios, percorrer esses espaços, conversar com aqueles adolescentes, sentir de perto como funciona de fato a máquina pública em algumas situações.

Muitas vezes, números, pesquisas e elogios, ainda que embasados em boas iniciativas e em avanços perceptíveis, podem esconder situações de indignidade. Não falo aqui de um Governador, de um Prefeito ou de um Presidente da República. Falo do funcionamento do poder público em geral, dos 18 anos de vivência com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Se a situação hoje é drástica, é por talvez termos sido todos nós, sociedade brasileira, menos zelosos com os direitos da criança e do adolescente desde o nascimento ao ensino infantil, com o apoio à família e com um sistema de educação básica quantitativo e qualitativo mais inclusivo. E o resultado disso tudo está aí hoje, nesse jovem de 13 anos que se encontra no Ceip. Amanhã, ele será o adulto reincidente num sistema penitenciário caótico, que engrossa as estatísticas de homicídio.

E hoje, infelizmente, o jovem já ingressa no tráfico com 11, 12 anos de idade e tem uma expectativa de vida de 22, 23 anos. Falo sobre esse jovem esquecido na cela do Ceip e faço esse alerta aqui, nesta data, no dia 22 de abril, para que, amanhã, a Assembléia Legislativa, a Comissão de Participação Popular e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente não sejam cobradas por isso, já que estamos fazendo a nossa parte. É preciso que todos os poderes públicos também façam a sua. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia em diversas cidades do nosso Estado. Primeiro, quero aqui registrar um convite que recebemos do Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé - IDHD -, que vem fazendo um grande trabalho na região do Norte de Minas, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e que tem como objetivo resgatar a nossa cultura regional. Neste ano, além das inúmeras atividades que o IDHD irá desenvolver na nossa região, um assunto me chamou a atenção: a comemoração dos 100 anos de Guimarães Rosa.

Registramos a presença dos integrantes do Instituto, aqui liderados pelo Prof. Anelito de Oliveira, que é o Presidente do Instituto. Aliás, ele convida esta Casa e todo o povo da nossa região para comparecer ao lançamento oficial do programa, no dia 28/4/2008, às 19 horas, no Espaço Cultural Parrilla, na Avenida Deputado Esteves Rodrigues, 707, em Montes Claros, onde haverá uma série de apresentações culturais, quando todos terão oportunidade de entender melhor as ações e o que propõe o Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé.

Outro assunto que nos traz à tribuna é um questionamento que queremos fazer a esta Casa. Qual é a razão da demora da tramitação do projeto de lei que estabelece a redistribuição do ICMS em Minas Gerais? Trata-se do Projeto de Lei nº 637, do ICMS Solidário, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro. Durante todo o ano passado, discutimos esse projeto nesta Casa, promovemos uma série de debates e encontros regionais. Mas, no final do ano, fomos surpreendidos por uma resolução da Mesa, que retirou o projeto de pauta para que fosse melhor estudado. O que me parece estranho é que foi criada uma comissão para fazer as adequações necessárias ao projeto, mas essa comissão não produziu nada até hoje e creio que nem sequer se reuniu, até porque, dos 11 membros dessa comissão, a grande maioria - 7 ou 8 Deputados - é contrária ao projeto, porque pertence às regiões ricas de Minas Gerais. Um projeto que teve o apoio explícito de mais de 60 parlamentares desta Casa é retirado de pauta, e ninguém toca mais no assunto.

Vimos hoje cobrar da Mesa da Assembléia uma atitude. As regiões mais pobres de Minas esperam um recado desta Casa. É inadmissível continuar aceitando que a distribuição do ICMS em Minas Gerais seja feita de maneira absurda, de forma inaceitável. Nós, do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Noroeste e das cidades pobres de Minas, estamos indignados, porque não se quer mais discutir o assunto. É imprescindível que o projeto volte para a pauta o mais rápido possível. As regiões pobres de Minas sofrem com a forma como é distribuído o ICMS em Minas Gerais. Não citarei as várias cidades que arrecadam muito, mas não podemos continuar aceitando que apenas uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Betim, sozinha, arrecade mais ICMS que todas as cidades do Noroeste, do Norte de Minas, incluindo-se Montes Claros, e todas as cidades dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Juntas, as cidades das quatro regiões do Estado são quase 50% do Estado, geograficamente. Não podemos aceitar que toda essa população arrecade menos ICMS que apenas a cidade de Betim. Essa forma de distribuição é inadequada, é injusta, desigual, desumana, e não podemos aceitar que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais se cale, mais uma vez, diante desse fato.

Portanto, fica aqui uma cobrança à Mesa e aos caros colegas Deputados. Vamos iniciar hoje uma maratona, um movimento, para que esse projeto seja novamente colocado em pauta para votação. Ele já foi discutido, e muito bem. A Assembléia promoveu várias plenárias em Montes Claros, Uberlândia, Vale do Jequitinhonha e em tantas cidades de Minas Gerais. Não há mais o que discutir. A hora é de redistribuir. Não podemos admitir que os Municípios pobres do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha continuem com as migalhas, recebendo quase nada de ICMS, enquanto há luxo em outras cidades. Só a Câmara Municipal de Betim arrecada mais dinheiro do que mais de 10 ou 15 cidades do Norte de Minas juntas, já que apenas 15 Vereadores de Betim têm uma arrecadação na Câmara Municipal que supera a de muitas cidades da nossa região. E essas cidades, que são pobres e têm grandes extensões territoriais, como Januária, com quase 7.000km², ou distritos que estão a 100km da sede do Município, como é o caso de São Joaquim, Pandeiro, Tijuco, Bonito de Minas, Manga, Janaúba, São Francisco e Chapada Gaúcha, são difíceis de administrar e quase nada arrecadam na redistribuição do ICMS de Minas Gerais. Não entra na nossa cabeça a ideia de que o ICMS tem de ficar só na fonte. Isso é injusto. Os carros que se produzem em Betim, por exemplo, são comercializados em todo o Estado, e o dinheiro do povo de Januária, Manga, Montalvânia, São João das Missões também há de valer alguma coisa. Também pagamos impostos, e esse ICMS tem de voltar, de alguma forma, para a nossa região. Com prazer, concedo aparte ao caro amigo Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa., lembro-me do outrora irrequieto, idealista e altruísta Vereador de Manga, Paulo Guedes, hoje este brilhante Deputado Paulo Guedes, atuante e permanentemente interessado nos assuntos de nossa região. Quero dizer a V. Exa. que o assunto que o traz à tribuna hoje é da maior importância. Realmente, não há vontade política para se discutir, neste ano, nesta Casa, o projeto de redistribuição do ICMS de Minas Gerais. No ano passado, quando resolveram adiar a discussão para este ano - proposta feita pelos representantes das cidades grandes, arrecadadoras de muito milhões e milhões com o ICMS -, dissemos, daqui, para inúmeros Deputados representantes das cidades pequenas, que essa era uma estratégia para não votar o projeto, pois, em ano eleitoral, este em que estamos, não teríamos clima político para essa votação nas cidades médias e grandes. Nenhum Deputado representante das cidades-pólo, das cidades que arrecadam mais dinheiro vai querer demonstrar para o seu eleitorado que, neste ano, votou a favor ou deixou que se votasse uma redistribuição que tira verbas dessas cidades. Então não haverá clima político, e será um embate muito grande. Para conseguir isso, nós, Deputados que representamos as cidades que hoje perdem, que são a grande maioria, teremos de nos reunir e nos organizar e impor essa votação nesta Casa; caso contrário, ela não se verificará neste ano eleitoral, como vimos advertindo desde o ano passado. Parabênz V. Exa. pela lembrança do assunto e por estar vigilante em benefício das pequenas cidades do nosso Estado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite. Além da dificuldade de recursos, quase inexistentes - todos sabemos que os Municípios de nossa região sobrevivem quase exclusivamente dos repasses federais, do FPM e dos recursos do Fundef e da saúde -, esses mesmos Municípios que já citei, Januária, Mirabela, Varzelândia, Ibiracatu, Lontra, enfim, as cidades pobres da nossa região ainda têm de arcar, Deputado, com obrigações que deveriam ser do Estado. Ai do Prefeito que não der casa para o Delegado. Se a Prefeitura não pagar a casa, o Delegado não fica em Manga, nem em Montalvânia, nem em São Francisco. A viatura da Polícia Militar não roda um quilômetro se a

Prefeitura não a abastecer, não colocar o combustível. Da mesma forma as delegacias não funcionam se a Prefeitura não ceder os funcionários, pagar o telefone, a conta do quartel; se não ceder funcionários para os Tribunais de Justiça, advogados e assistentes para atenderem às comarcas da nossa região. Fica, portanto, um chamamento ao governo: a nossa região, que já está desprovida da segurança pública, ainda tem outras dificuldades, porque as Prefeituras ainda têm de arcar com o transporte escolar da rede estadual. Não só arcar com o transporte, mas também recuperar as estradas da rota do transporte escolar. São vários encargos para as Prefeituras mais pobres da região, até assumir funções do Estado, da União e de outros poderes, para não deixar faltar ao cidadão da região o acesso à Justiça, à segurança e a tantas outras coisas que funcionam de forma caótica. Ainda assim, um projeto de lei como esse, de redistribuição do ICMS, na realidade, Deputado Luiz Tadeu Leite, não significa que ele será retirado de alguém, porque, a cada ano, com a recuperação econômica que está havendo no País, mesmo se esse projeto tivesse sido aprovado no ano passado, as cidades de Betim, Contagem, Uberlândia e outras não teriam perdido nada. Poderiam ter deixado de ganhar alguma coisa, porque a sua arrecadação cresce a cada dia, num volume totalmente desigual com as demais cidades do Estado.

Portanto, esta Casa tem que posicionar-se, tomar essa decisão, ter a coragem de discutir os assuntos, de mudar a história. O que estamos propondo mudar é apenas 5%, parte que ainda pode ser alterada por esta Casa. Ou seja, 95% ficarão como estão. Muitos aqui ainda vêm com o argumento de que são migalhas, que aumentará somente o valor de R\$30.000,00 para Manga. Talvez R\$30.000,00 não façam falta para Betim, que arrecada bilhões, mas esse valor, por mês, a mais, para os Municípios de Manga, Januária, São Francisco, Varzelândia, Lontra, Ibiracatu, faz muita diferença, Deputado Luiz Tadeu Leite. Por isso, esta Casa tem que tomar essa decisão. Precisamos tomar uma atitude e acabar com essa forma injusta de distribuição que beneficia apenas os ricos, uma pequena minoria, deixando a maioria dos mineiros, dos nossos Municípios pobres, de pires na mão. Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa indignação e o nosso apelo. A partir de hoje estaremos atentos, cobrando todos os dias, da tribuna, para que esta Casa se pronuncie e tome uma atitude em relação à redistribuição do ICMS, que, no nosso entender, não é só ilegal, se torna imoral. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pela TV Assembléia. Na próxima segunda-feira será lançado o Projeto Sociocultural Daghobé na cidade de Montes Claros, o qual está sendo promovido e desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé. O objetivo do projeto é ampliar a elevação do IDH do povo do grande sertão dos gerais, no ano do centenário de nascimento de um dos seus maiores representantes, que é, foi e sempre será João Guimarães Rosa. O lançamento do Projeto Sociocultural Daghobé acontecerá na próxima segunda-feira, às 19 horas, no Espaço Cultural Parrilla, em Montes Claros. O jornalista Anelito de Oliveira, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé, está convidando a todos - incluindo os representantes desta Casa, as Sras. e os Srs. Deputados - para participar deste grande e importante acontecimento.

Trata-se de um lançamento importante e relevante para a cultura de Montes Claros e da região Norte de Minas.

Sr. Presidente e Deputados, venho a esta tribuna, mais uma vez, destacar e enaltecer a atuação do "Estado de Minas", jornal dos mineiros, que sempre traz matérias importantes. Neste fim de semana prolongado, duas matérias nos chamam a atenção. A primeira, veiculada na edição de domingo, mostra um assunto que trouxemos na semana passada - e que, aliás, foi objeto de apartes aqui -, referente ao INSS, que tem exagerado e obrigado doentes a trabalhar.

Denunciamos aqui que o INSS, no afã de economizar para o governo federal, está impedindo que trabalhadores com notórias enfermidades se aposentem, a ponto de pessoas sem a menor condição de trabalhar, até mesmo portadores de câncer e de outras doenças terminais, não terem o seu direito à aposentadoria, para obterem uma sobrevivência mais digna e menos preocupante. Para o INSS, quase nenhuma enfermidade é aceita como condição para a pessoa aposentar-se. E, ainda mais, o INSS desconhece olímpicamente os atestados médicos fornecidos pelos profissionais da saúde do nosso Estado e do Brasil. Para ele, um atestado médico não vale nada, por mais grave que seja a enfermidade. Ao ser levado o cidadão ou o segurado à perícia, freqüentemente o Instituto entende que este não tem doença alguma e o manda trabalhar. A empresa não deixa o cidadão trabalhar, porque sabe que ele não pode, e o devolve ao INSS. Aquele segurado, aquele trabalhador que pagou a vida inteira a sua contribuição securitária fica à mercê dessa situação, como se fosse uma bola de futebol, para lá e para cá, pois o INSS não reconhece a sua enfermidade. Foi isso o que denunciamos aqui, na semana passada.

O jornal "Estado de Minas", no seu "Caderno Economia", mostra que, para conter déficit na Previdência, o INSS reduz concessões de auxílio-doença em quase 15%. A matéria, de tão importante que é, estende-se para a terceira página do caderno, continuação da capa, mostrando situações de pessoas que estão doentes, precisam aposentar-se, e que dependem de que o INSS reconheça sua enfermidade. Mas o INSS é omisso e não é condescendente com os problemas do trabalhador.

Justamente em razão disso, requeremos, na Comissão de Direitos Humanos, a realização de uma audiência pública, que se realizará no próximo dia 13 de maio, às 16 horas, no auditório desta Casa. Teremos aqui reunidos - aliás, serão convocados para isso - o Diretor do INSS em Minas, o Chefe dos Peritos, autoridades ligadas a esse assunto e principalmente cidadãs e cidadãos que estão vivendo esse drama e procurando uma maneira de aposentar-se, sem conseguir.

Digo tudo isso, por meio da TV Assembléia, para todo o Estado de Minas Gerais, porque hoje essa emissora é vista e ouvida em quase 300 Municípios. Estamos aqui, fazendo essa convocação e esse convite, porque há pessoas que estão sofrendo esse problema relacionado à perícia, que não deixa o segurado aposentar-se, mesmo que esteja sofrendo de doenças graves que, infelizmente, não podem ser curadas. Portanto, que venham aqui para trazer o seu caso, a fim de servir de exemplo para o debate que travaremos com o INSS na Comissão de Direitos Humanos, possivelmente em conjunto com a Comissão de Saúde, por iniciativa do Deputado Hely Tarquínio, e que se realizará no dia 13 de maio, às 16 horas, no auditório desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira página do "Caderno de Cultura" da edição de hoje do jornal "Estado de Minas" traz uma matéria muito importante, denominada "A força da união", sobre o Distrito de Noiva do Cordeiro, Município de Belo Vale, a 100km de Belo Horizonte. A matéria mostra que a comunidade de Noiva do Cordeiro organizou-se, qualificou-se, possui um trabalho diferente - aliás ainda existe lá a figura do matriarcado -, e vive bem, vive da produção, é quase auto-suficiente no que os pequenos agricultores plantam e colhem na roça. Tem a sua produção valorizada e, além disso, a informática, a escola de formação e muitas outras atividades estão lá, como também muitas outras demonstrações de civismo e de exercício real da cidadania.

Por essa razão, foi também destaque dessa edição do "Estado de Minas", que relata que o canal pago GNT exibirá matéria de 1 hora de duração sobre aquela comunidade.

Expresso-me sobre Noiva do Cordeiro, embora tenha a minha votação concentrada em Montes Claros e no Norte de Minas, porque tive a honra de ser o Deputado majoritário, o mais votado naquela comunidade. Tive a minha votação na comunidade de Belo Vale, sinto-me muito honrado pelos votos que obtive lá, onde estive e me coloquei à disposição, demonstrando o nosso trabalho por aquela comunidade. Como parlamentar majoritário do Distrito de Noiva do Cordeiro, comecei a trabalhar pelos primeiros benefícios, a começar pela entrega de uma Kombi 0km à comunidade para atender ao trabalho dos municípios, tão abandonados até então. A primeira vez que o poder público compareceu com um benefício concreto foi nesse momento, por meio das nossas mãos.

Fico muito feliz e gostaria de parabenizar o jornal "Estado de Minas" pelas duas matérias, uma denunciando o INSS e a outra aplaudindo o Distrito de Noiva do Cordeiro, Município de Belo Vale.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro de aproximadamente 30min, em Brasília, tomará posse na Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal um advogado de Montes Claros, o Dr. Nívio Geraldo Gonçalves, o que é motivo de alegria. O Dr. Nívio foi professor da Faculdade de Direito da Unimontes, onde também tive a honra de lecionar, advogou com a sua banca durante muitos anos em Montes Claros, fez a sua carreira jurídica em nossa cidade e há pouco mais de 20 anos foi aprovado em concurso para Juiz em Brasília, passando a viver lá. Foi para o Tribunal de Justiça, foi Presidente do TRE do Distrito Federal e, hoje, daqui a pouco mais de 30min, às 17 horas, será empossado Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ver um conterrâneo assumir a mais alta cadeira da corte de magistratura do Distrito Federal é motivo de muita alegria para todos nós, montes-clarenses. O Dr. Nívio Geraldo Gonçalves merece esta nossa homenagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, 21 de abril, o Brasil se lembrou, embora menos do que deveria, os 23 anos do falecimento do Presidente Tancredo Neves. Tancredo de Almeida Neves foi eleito Governador em 1982 no meu palanque de candidato a Prefeito em Montes Claros. Acompanhamos o governo dele, por sinal efficientíssimo. O Deputado Ademir Lucas também acompanhou de perto a trajetória de Tancredo Neves.

Tancredo, ainda Governador, acertou sua candidatura a Presidente da República. Ele foi candidato, foi eleito e fez a difícilíssima transição: tirou o Brasil do regime de recessão dos tempos de chumbo da ditadura militar e o levou à plena democracia, sem derramar nem sequer uma gota de sangue. Essa proeza política de Tancredo é para ficar nos anais da história do Brasil, para o porvir, porque foi o maior acontecimento da política brasileira.

E ontem, enquanto os políticos se concentravam em Ouro Preto, por razões muito justas, para receberem a Medalha da Inconfidência - aliás, o Governador Aécio Neves foi anfitrião das maiores autoridades do País -, eu e minha mulher, que fomos afilhados de casamento de Tancredo há quase 25 anos, deslocamo-nos, de carro, pela manhã, de Belo Horizonte a São João del-Rei e fizemos uma homenagem quase solitária a Tancredo e a D. Risoleta, naquele pequeno cemitério, nos fundos da Igreja de São Francisco.

Quando lá chegamos, por volta das 11 horas, não havia ninguém no cemitério. Eu imaginava que, no dia da lembrança da morte de um ex-Presidente da República, este teria um dia de muitas homenagens, com muitos foguetes. Pela lembrança do homem que foi Tancredo, muitos estudantes do curso primário balançariam aquelas bandeirinhas brancas, com aquela comemoração própria que se faz a um ex-Presidente na data do seu falecimento. Nada. Ninguém, absolutamente nenhuma autoridade, nenhum político estava lá. A bem da verdade, devo ressaltar que havia uma linda coroa de flores, em nome do governo de Minas Gerais, colocada sobre o túmulo de Tancredo.

Lá, ao fazer nossas orações, tive um momento de indisfarçável orgulho e vaidade, não no sentido vão, mas no sentido de estar ali representando toda a classe política - os Vereadores, os Deputados, os Senadores, os Governadores e até o Presidente Lula, que poderia estar ali, mas estava em Gana representando o Brasil. Por que não dizer, senti-me representando o povo brasileiro, porque, ontem, poucas pessoas - e, da classe política, parece-me que apenas a minha modesta pessoa - se lembraram do dia 21 de abril, dos 23 anos de sua morte e estavam ali presentes.

Fizemos a nossa homenagem. Fizemos isso em nome do povo brasileiro, porque é uma data para ser lembrada e relembrada, pois se refere a um grande brasileiro, a alguém que fez a maior arte política da nossa Pátria: tirar o País do regime da ditadura e levá-lo à democracia, sem derramamento de sangue. Isso apenas com a arte da política. Podemos ver como é importante a política e a sua arte. Ela, ao ser bem feita, resultou em um episódio tão relevante para o País. Repito: o País saiu do regime ditatorial e foi para o regime de plena democracia.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Gostaria de me associar a V. Exa. quando lembra e relembra Tancredo Neves. Ontem o País pranteou os 23 anos da sua morte. V. Exa. foi extremamente oportuno em dizer como Tancredo, somente com sua habilidade, trabalhou e conseguiu costurar aquela transição da ditadura para a democracia.

Lembrar que muitos pensavam fazer uma transição pelas armas, mas Tancredo teve a sensibilidade de fazê-la de forma diferente. Vários brasileiros perderam a vida tentando fazer essa transição pela violência, pela insurreição, mas Tancredo soube costurar um acordo político por meio do entendimento e do diálogo.

Tancredo Neves soube costurar, repito, essa evolução política por meio do entendimento e do diálogo. Vale lembrar que os próprios militares, já exauridos do exercício do poder ditatorial, tinham essa tendência, mas não confiavam naqueles outros nomes que estavam colocados para fazer a transição, entre aqueles em que eles confiavam para fazê-la.

Tancredo teve a sua vida como o aval de todo aquele movimento que fez pelo País. Lembro-me que desde as diretas até a eleição no colégio eleitoral, a preocupação de Tancredo era que não houvesse não só derramamento de sangue, mas que não houvesse uma "caça às bruxas", uma perseguição. Ele não queria voltar, olhar pelo retrovisor da história. Tancredo queria caminhar, olhar para a frente, ele queria fazer essa transição pacífica, como acabou acontecendo. Mas ele pensava em fazer esse progresso, esse desenvolvimento do País, essa retomada do crescimento do País de outra forma.

Enfim, V. Exa., oportunamente, lembrou que ontem se completaram 23 anos do passamento de Tancredo Neves, da sua entrada para a história. É lamentável o depoimento que V. Exa. traz aqui, realmente Tancredo mereceria e merece uma homenagem como os Inconfidentes tiveram ontem, na Praça de Ouro Preto, como Brasília teve, na comemoração também do seu aniversário de fundação, por outro grande mineiro e brasileiro, Juscelino Kubitschek. A lembrança de Tancredo não foi tão materializada como deveria ter sido, por sua importância para nós. A Inconfidência Mineira, o mártir Tiradentes, o Mártir da Inconfidência, da liberdade, mas também Tancredo foi o mártir da democracia e deveria ter, como V. Exa. descreveu muito bem, o mesmo destaque que se deu à Inconfidência e que se dá a Tiradentes. O mesmo destaque deveria dar-se à memória de Tancredo Neves, por tudo que significou como verdadeiro mártir da democracia deste país.

Gostaria apenas de me associar a V. Exa. Também convivi com Tancredo. Fui seu Líder na Assembléia Legislativa e tive a honra e o orgulho de ser um dos poucos mineiros que foi ao colégio eleitoral e votou nele. Gostaria de deixar consignada esta modesta contribuição ao pronunciamento de V. Exa. e dizer que lamentamos que não tenhamos tido, ontem, uma homenagem a Tancredo à altura do que ele significou e continua significando para a história deste país. É importante reverenciar os Inconfidentes, a Inconfidência Mineira é marcante na história pátria; é importante homenagear Brasília, também no dia 21, pela sua fundação, e lembrar Juscelino Kubitschek, mas Tancredo mereceria, pelo menos da classe política, um destaque à altura, pelo que significou na história do País. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Gostaria também de cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Essas grandes memórias, esses grandes homens públicos do País, principalmente os mineiros, realmente precisam ser lembrados e precisam servir como espelho, como exemplo para todo o Brasil. Fico muito feliz de V. Exa., ao meio de uma solenidade da envergadura como a de ontem, dia 21 de abril, ter feito essa visita e estar fazendo essa homenagem a Tancredo Neves.

Lembro-me de que quando ele era Governador, nós éramos Vereadores em Montes Claros e estivemos em audiência com ele. Ele era uma

figura simples, tranqüila e tinha objetivo político na vida. Graças a Deus esse objetivo foi seguido por vários outros brasileiros ilustres. Agora temos aí o Governador Aécio Neves, que vivenciou tudo isso, está no seu sangue, e está hoje fazendo essa pregação, essa caminhada que começará por todo o País, tentando viabilizar a sua candidatura a Presidente da República. Esperamos que isso ocorra. É para o bem de Minas, para o bem do Brasil. Minas tem de assumir, Tancredo foi o último Presidente mineiro que tivemos, embora não tenha assumido. Por uma questão do destino, não pôde assumir, mas ficaram as suas pregações, as suas mensagens, principalmente o seu exemplo de luta, de vida.

Estamos vendo esse exemplo ser seguido, em Minas, pelo Governador Aécio Neves. Espero que possamos, nesta caminhada, nesta busca de novas e grandes lideranças para o País, também ver um dia o Governador Aécio Neves assumir, por direito, um cargo que pertence a Minas, para que possa dar grande alegria ao povo brasileiro.

Parabéns. Sinto-me representado por V. Exa., não apenas em seu nome, mas em nome do Parlamento mineiro, que esteve representado pela presença do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Daqui para frente, teremos uma obrigação, uma missão a ser cumprida, tentando mostrar ao Brasil todo que temos um sucessor mineiro à altura de Tancredo Neves. Certamente irá ocupar, por muita justiça e por direito, esse lugar em âmbito nacional. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço ao Deputado Carlos Pimenta. Com a minha presença e a da minha mulher, Dra. Estela, em São João del-Rei, senti que, naquele momento, representava mesmo esta Casa, este Parlamento e a classe política, que às vezes deixa de homenagear pessoas como Tancredo Neves. Se ele tivesse nascido em São Paulo, se fosse um líder paulista, seria hoje digno das maiores homenagens da Pátria, porque tudo o que é de lá tem mais divulgação. Até crime lá é assim, como é o caso desta garotinha Isabella. Trata-se de um caso gravíssimo, mas há muitos outros no País que não conseguem o mesmo destaque e a mesma notoriedade que conseguiu esse episódio. Tudo em São Paulo é maior. No entanto precisamos de um Presidente mineiro. Se Tancredo não conseguiu completar a sua trajetória, isso está faltando na biografia dos Neves. Se Deus quiser, será o Governador Aécio Neves quem cumprirá o destino traçado por Tancredo Neves.

Para completar, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que conste em ata um voto de louvor ao jornal "Estado de Minas" por duas matérias: uma denominada "Noiva do Cordeiro" e a outra sobre o INSS, que obriga doentes a trabalhar; e também uma homenagem ao novo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o montes-clarense Nívio Geraldo Gonçalves, que toma posse nesta tarde. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/4/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 25/4/08, que exonerou Roberta Falucci Melo do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 25/4/08, que nomeou Pedro Marra Neto para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando Jefferson Soares Lucas do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Pedro Marra Neto para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações nas especificações técnicas do edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de aparelhos de televisão, a sessão pública virtual fica adiada para as 14h30min do dia 14/5/2008.

Belo Horizonte, 28 de abril de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/4/2008, na pág. 69, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Adalclever Lopes", onde se lê:

"Paula Moreira Gomes", leia-se:

"Paula Gomes Moreira".